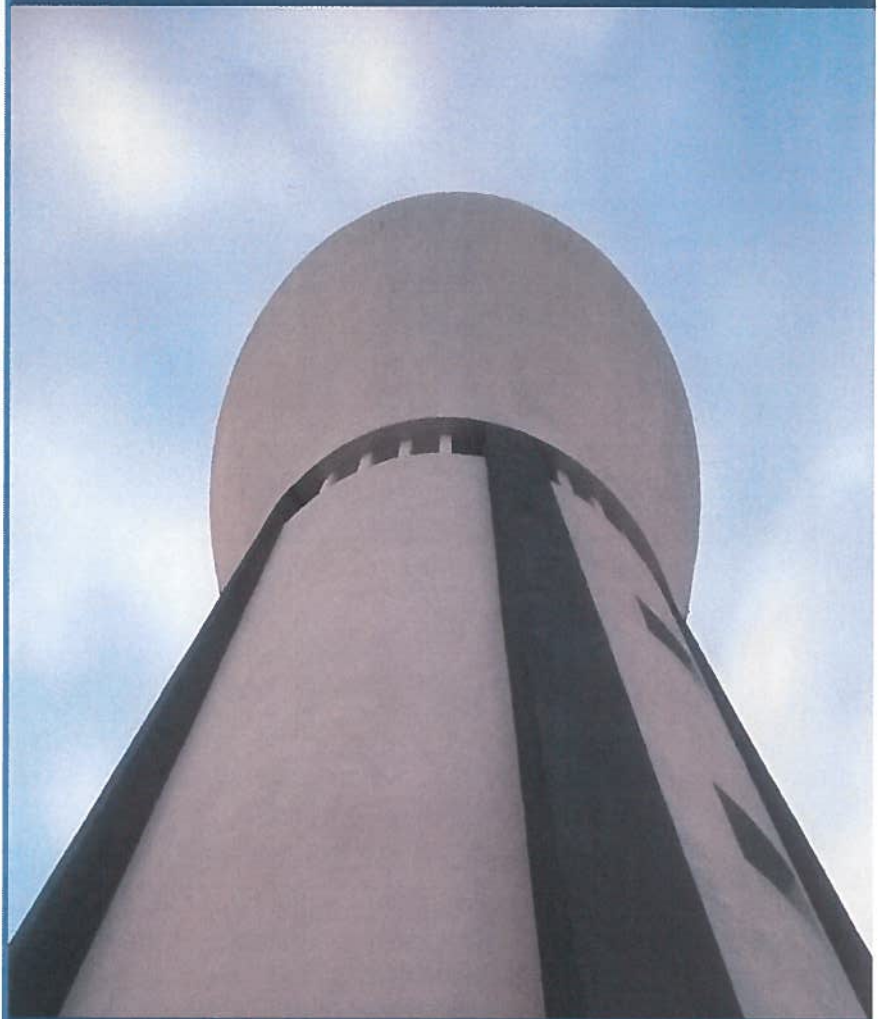


81
11
X
5

Relatório de Gestão e Contas 2016



Índice

50

1. Síntese de Dados / Indicadores,

2. Mensagem do Presidente,

3. Apresentação da Empresa,

3.1 Breve Historial,

3.2 Estrutura Acionista,

3.3 Órgãos Sociais,

4. Missão e Posicionamento Estratégico,

4.1 Missão,

4.2 Visão,

4.3 Valores,

4.4 Objetivos Estratégicos,

5. Síntese da actividade de 2016,

5.1 Factos Relevantes,

5.2 Envolvente Exterior,

5.3 Estrutura Organizacional,

5.4 Desempenho da Empresa,

5.5 Análise Económica Financeira,

6. Perspetivas para o Futuro,

7. Considerações Finais,

8. Outras Informações,

9. Proposta de Aplicação de Resultados,

10. Demonstrações Financeiras do Exercício de 2016 e Respetivo Anexo,

10.1 Balanço,

10.2 Demonstração dos Resultados,

10.3 Demonstração Individual de Fluxos de Caixa,

10.4 Demonstração Individual de Alteração de Capitais

Próprios,

10.5 Anexo

11. Relatório e parecer do Fiscal Único,

12. Certificação legal das contas,

Handwritten notes in blue ink, including a signature and some illegible scribbles.



I. Síntese de dados e Indicadores

I. Síntese de Dados / Indicadores

Indicadores			
Financeiros			
	2014	2015	2016
Capital Social (€)	1.500.000	1.500.000	1.500.000
Ativo Líquido Total (€)	22.795.935	23.617.199	23.450.861
Volume de Negócios (€)	7.178.799	7.340.072	7.548.694
Volume de Negócios / Cliente (€)	333	340	349
Resultado Antes de Impostos (€)	473.299	-580.960	1.362.855
Resultado Líquido do Exercício (€)	318.750	-404.951	1.034.439
EBITDA (€)	1.432.236	1.468.959	2.345.233
Recursos Humanos			
	2014	2015	2016
Número de Colaboradores a 31/12	32	30	31
Colaboradores / 1000 clientes	1,48	1,39	1,43
Volume de Negócios / Colaborador	224.337	244.669	243.506
Comerciais			
	2014	2015	2016
Número de Clientes – Abastecimento de Água (un.)	21.558	21.571	21.659
Número de Clientes – Saneamento (un.)	18.323	18.348	18.435
Volume total de Água Faturada (m ³ /ano)	2.111.676	2.197.438	2.258.765
Volume Total de Efluentes Faturados (m ³ /ano)	1.601.246	1.610.684	1.657.360
Reclamações Médias Mensais/1000 Clientes (un.)	0,2	0,2	0,2
Percentagem de Água Adquirida/Captada e não Faturada	29,1%	29,0%	26,5%
Técnicos			
	2014	2015	2016
Volume Total de Água Adquirida (m ³ /ano)	2.901.610	3.031.510	3.007.612
Volume Total de Água Produzida (m ³ /ano)	108.670	113.068	113.161
Comprimento Total da Rede de Água (Km)	678	678	678
Comprimento Total da Rede de Saneamento (Km)	414	414	414
Reservatórios (un.)	62	62	62
Volume Total dos Reservatórios (m ³)	18.167	18.167	18.167
Estações Hidropressoras	41	41	41
Estações Elevatórias de Saneamento sob gestão direta da AdA (un.)	12	12	12

8
1
7



2. Mensagem do Presidente

2. Mensagem do Presidente

O ano de 2016 foi um ano de opostos. Se por um lado assistimos pela primeira vez desde 2012 à inversão do processo de perda de clientes, com um consequente ligeiro incremento da venda de água impulsionado por um sentimento socioeconómico de algum otimismo e por um ano hidrológico favorável, continuamos num clima de incerteza quanto ao processo de reequilíbrio do Contrato de Concessão e à evolução do setor e dos processos de faturação nos sistemas multimunicipais que detêm a exclusividade do fornecimento de água e do tratamento de efluentes no Concelho de Alenquer.

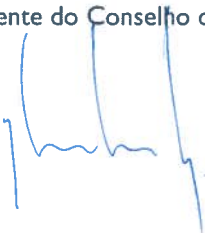
Neste cenário tivemos, mais uma vez, de recorrer ao suporte acionista através de um novo reforço de Capitais Acionistas para fazer face aos compromissos contratualmente assumidos, bem como para suportar a resolução dos processos litigiosos com a antiga Águas do Oeste. Apesar deste suporte, continuam a não se concretizar os compromissos de resolução do problema de incrustações calcárias existente no sistema de abastecimento de água, limitando o desempenho da Concessão e as expectativas de resolução futura deste problema.

Apesar deste enquadramento, mantivemos o nosso foco na melhoria operacional dos sistemas, investindo na monitorização e controlo dos sistemas, o que nos permitiu atingir no ano de 2016 o volume mais baixo de perdas desde o início da Concessão, sustentando assim o nosso compromisso de melhoria contínua do desempenho global da empresa.

Na esperança que o ano de 2017 permita encerrar o reequilíbrio do Contrato de Concessão, processo fundamental para a subsistência e sustentabilidade da Águas de Alenquer, é nossa convicção que o caminho seguido nos últimos anos de consolidação e reforço da capacidade técnica instalada nos irá permitir enfrentar com redobrada confiança os desafios que o futuro certamente nos colocará.

João Faria Feliciano

Presidente do Conselho de Administração



D
A
G. I.



3. Apresentação da Empresa

3. Apresentação da Empresa

3.1 Breve Historial

A AdA - Águas de Alenquer, S. A. (Águas de Alenquer) foi criada em 7 de outubro de 2003, tendo celebrado com o Município de Alenquer a 17 de novembro do mesmo ano o contrato de Concessão da Exploração e Gestão dos Serviços Públicos de Distribuição de Água e de Drenagem de Águas Residuais de Alenquer. No dia 1 de janeiro de 2004 iniciou-se o Período de Funcionamento da Concessão, que decorrerá por 30 anos.

O seu objeto social consiste na exploração e gestão conjunta dos serviços públicos municipais de abastecimento de água e recolha, tratamento e rejeição de efluentes na área do município de Alenquer e a realização de obras necessárias à execução do Plano de Investimentos da concessionária.

No 1º ano de funcionamento da Concessão em 2004, foram consignadas as infraestruturas que transitaram para a responsabilidade da Águas de Alenquer, tendo sido o fornecimento de água assegurado pela EPAL até outubro desse ano, e transitado para a AdO - Águas do Oeste S.A. (Águas do Oeste) em novembro de 2004. A operação das ETAR foi realizada pela Águas de Alenquer, até 30 de julho de 2005 data em que se transferiu a responsabilidade para a Águas do Oeste, conforme previsto contratualmente.

O Regulamento Geral de Águas de Abastecimento e Águas Residuais do Município de Alenquer foi aprovado na reunião de Câmara de 12 de dezembro de 2005 e publicado no Apêndice n.º 19 da II Série do Diário da República de 24 de fevereiro de 2006.

No último trimestre de 2006, após o cumprimento de todas as formalidades necessárias, a Construções Pragosa, S. A. vendeu a sua posição a outra empresa do Universo Pragosa: a Ecobrejo – Gestão de Águas, Resíduos e Ambiente, S. A.

Em setembro de 2007 foi aprovado o reequilíbrio económico-financeiro da concessão pela Câmara Municipal de Alenquer, tendo como razão principal o aumento dos custos associados à Águas do Oeste não contemplado no contrato de concessão. O aditamento ao Contrato de Concessão foi celebrado no dia 12 de março de 2008.

O Plano de Investimentos foi concluído em 2008, com a exceção de um reservatório pendente da recuperação dos custos incorridos com as incrustações de calcário na rede de abastecimento de água. A conclusão do Plano de Investimentos permitiu atingir uma taxa de cobertura ao nível do sistema de abastecimento de água de aproximadamente 100% e de 85% ao nível do Saneamento. De realçar que a Águas de Alenquer assegura um serviço regular de limpeza de fossas sépticas domésticas, o que permite escoar para tratamento e destino final adequado os efluentes produzidos nas zonas dispersas sem rede de drenagem, garantindo assim os objetivos de serviço fixados no âmbito dos Planos Estratégicos Nacionais para o sector do ambiente.

Foi concluída a implementação do sistema SIG e a sua articulação com o Aquamatrix (sistema de gestão de clientes), otimizando assim duas importantes ferramentas operacionais.

Desde o dia 13 de outubro de 2008, a empresa é certificada em Qualidade, Ambiente e Segurança de acordo com as normas “NP EN ISO 9001:2000”, “OHSAS 18001/NP 4397 (2001)” e “NP EN ISO 14001:2004” certificação essa emitida pela empresa EIC. A certificação foi revalidada pela segunda vez nos três referenciais em março de 2014, demonstrando o empenho da Sociedade na manutenção da acreditação e na melhoria contínua do seu sistema integrado de gestão.

No dia 24 de julho de 2009 a Águas de Alenquer apresentou à Câmara Municipal de Alenquer, ao abrigo do disposto na Cláusula 88ª do Contrato de Concessão, um novo pedido de reposição do equilíbrio

económico-financeiro da concessão. Nesse âmbito, durante o ano de 2010 decorreram as negociações da revisão do Contrato de Concessão, tendo sido estabilizada entre as partes uma minuta de aditamento apresentada à Entidade Reguladora em janeiro de 2011. O Segundo Aditamento ao Contrato de Concessão foi assinado a 16 de novembro de 2011, concluído o processo de aprovação nos órgãos municipais competentes. Este aditamento assegura a necessária adaptação à nova legislação do sector e imprime uma maior proximidade e compromisso junto dos utilizadores, através da fixação de níveis de serviços e adequação da estrutura tarifária, com a inclusão de um tarifário social e de um tarifário para famílias numerosas. O Segundo Aditamento ao Contrato de Concessão teve a sua aplicação a partir do dia 1 de janeiro de 2012.

A resolução dos problemas das incrustações de calcário na rede de abastecimento de água não está contemplada neste aditamento, continuando o Município a liderar este processo junto das diferentes entidades envolvidas. Nesse sentido, foi estabelecido um acordo de princípio entre as Partes, que mantém a pendência da reclamação administrativa apresentada em julho de 2009 no que concerne aos problemas resultantes das incrustações de calcário na rede de abastecimento de água e fixa um período conciliatório com vista à definição das regras tendentes à resolução completa e definitiva desta questão. Este acordo quantifica ainda a compensação por perda real de faturação no valor de 383.550 € verificada por atraso na entrada em operação das infraestruturas da Águas do Oeste no município de Alenquer.

Como contributo para a resolução dos problemas das incrustações de calcário na rede de abastecimento de água, a Águas de Alenquer promoveu, em articulação com o Município, um estudo técnico de caracterização e avaliação das anomalias no funcionamento das redes de abastecimento de água de Alenquer e foi apresentada à Águas do Oeste uma proposta de alteração da origem de água ao reservatório de Vila Alta.

Em fevereiro de 2013 foi publicado o novo Regulamento Municipal (Regulamento Geral de Águas de Abastecimento e Águas Residuais do Município de Alenquer), encerrando assim a adaptação ao D.L. 194/2009 de 20 de agosto.

A entrada em vigor do Segundo Aditamento ao Contrato de Concessão permitiu a melhoria dos princípios indicadores económico-financeiros da concessionária apesar da degradação do tecido empresarial local e da redução de consumos e consumidores verificada de forma generalizada. Essa degradação, a procura de soluções alternativas de abastecimento de água e a diminuição do poder de compra das famílias traduziu-se numa quebra acentuada de consumos e consumidores. Esta quebra de consumos e consumidores anulou o resultado das ações de melhoria e de monitorização implementadas e os ganhos operacionais obtidos. Tal facto traduz-se no final de 2016, e pelo quarto ano consecutivo, num desvio superior a 20% face ao contratualmente definido (desvio de 25,2% em 2016). Recorde-se que uma diminuição inferior ou igual a 20% dos caudais totais anuais de águas de abastecimento, em relação aos valores previstos para o ano em causa no Processo de Concurso, é um evento gerador de reequilíbrio do Contrato nos termos da Cláusula 88ª do Contrato de Concessão.

Com a publicação do novo Regulamento Municipal em fevereiro de 2013 foi iniciada uma campanha de caracterização dos efluentes de origem industrial e realizadas ações de fiscalização regulares com as três entidades envolvidas: Município de Alenquer, Águas do Oeste e Águas de Alenquer, contribuindo assim para a melhoria do desempenho ambiental dos sistemas de drenagem e de tratamento, promovendo a adequação dos efluentes industriais às condições regulamentares de descarga.

Durante o ano de 2015 procedeu-se à regularização da transmissão de Ação detida pela AGS – Administração de Sistema de Salubridade, S.A. com a sua transmissão para a AGS – Hidurbe – Serviços Ambientais, S.A. regularizando assim o processo de compra de uma ação à Somague Ambiente, SGPS, S.A. realizado no ano de 2014.

Em maio de 2015, é publicado o Decreto-Lei n.º 94/2015 que cria o novo sistema multimunicipal, em substituição de oito sistemas multimunicipais existentes, incluindo o Sistema Multimunicipal do Oeste, e a nova entidade gestora desse sistema – a Águas de Lisboa e Vale do Tejo, S.A. (LVT) – que sucede nos direitos e obrigações às oito entidades gestoras anteriormente existentes, integrando assim a Águas do Oeste. O referido decreto-lei e as suas consequências, entraram em vigor a partir do dia 30 de junho de 2015, traduzindo-se em dois efeitos imediatos: alteração das tarifas e alteração da metodologia de medição de caudais para efeitos de faturação (faturação com base em caudais reais vs a anterior metodologia de faturação com base em valores mínimos garantidos).

Com a Águas de Lisboa e Vale do Tejo foi estabelecido um processo negocial com vista ao estabelecimento de um plano de pagamento viável e ao encerramento dos processos judiciais existentes entre as Partes. Nesse âmbito foi celebrado um Acordo a 30 de novembro de 2015 que estabelece um plano de pagamentos para liquidação da totalidade da dívida e o compromisso da Águas de Lisboa e Vale do Tejo na alteração da origem de água associada ao ponto de entrega da Zona III (Alenquer III - reservatório de Vila Alta). O Acordo alcançado prevê ainda a extinção dos processos judiciais pendentes entre as Partes no Tribunal Administrativo de Círculo de Lisboa e no Tribunal Administrativo e Fiscal de Leiria e só foi possível graças ao suporte e a um enorme esforço acionista.

Durante o ano de 2016, o XXI Governo Constitucional de Portugal anuncia a cissão do Sistema Multimunicipal de abastecimento de água e de saneamento de Lisboa e Vale do Tejo, revertendo parcialmente a fusão dos sistemas multimunicipais concretizada em 2015. Para além do anúncio da criação de dois novos sistemas, verifica-se novamente a alteração do sistema de medição de faturação da atividade de saneamento com real impacto ainda desconhecido.

O agravar da situação de desequilíbrio do Contrato de Concessão, que obrigou a um novo reforço de capital acionista na sociedade em 2015 e 2016, a continuidade dos problemas resultantes das incrustações de calcário na rede municipal de abastecimento de água que condicionam o regular abastecimento de água à área de influência da origem de água da Zona III (reservatório de Vila Alta) e a necessidade de regularização da compensação por perda real de faturação no valor de 383.550 € verificada por atraso na entrada em operação das infraestruturas da Águas do Oeste no município de Alenquer determinada em 2011, conduziu à apresentação junto do Município em fevereiro de 2016 de um novo pedido de reposição do equilíbrio económico-financeiro do Contrato de Concessão, com base na Cláusula 88ª do Contrato de Concessão.

3.2 Estrutura Acionista

Identificação:	AdA - Águas de Alenquer S.A.
Sede Social:	Rua do Convento de São Julião n.º 95, Carapinha/ Alenquer
Pessoa Coletiva	506 353 397
Capital Social	1.500.000 €
Inscrição na C.R.C de Alenquer n.º	02202/031023

Estrutura Acionista	Participação
Aquapor - Serviços, S.A.	39,9997%
AGS - Administração e Gestão de Sistemas de Salubridades, S.A.	39,9997%
Ecobrejo - Gestão de Águas, Resíduos e Ambiente, S.A.	20,0000%
AGS - Hidurbe, Serviços Ambientais S.A.	0,0003%
Luságua - Gestão de Águas, S.A.	0,0003%

3.3 Órgãos Sociais



Mesa da Assembleia Geral

Presidente: Dr.^a Filipa Pinto Basto Sousa de Macedo Ravasco Mendes

Vice-presidente: Maria da Piedade Rosa Pragosa Moreira

Secretária: Dr.^a Susana Daniela Simões da Silva Braga

Conselho de Administração

Presidente: Eng.º João Pedro Faria Feliciano

Vogais: Eng.º Paulo Jorge Almeida Oliveira

Eng.º Altino Barbosa da Conceição

Eng.º Tiago Azevedo Fernandes de Carvalho

Dr. António José Martins Sousa Lucas

Fiscal Único

“Ernst & Young” Audit & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A.,

representada por:

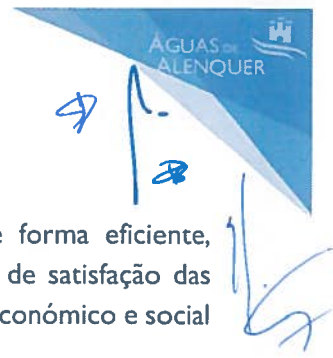
Dr. Paulo Jorge Luís da Silva

Dr. Ricardo Filipe de Frias Pinheiro (Suplente)

Handwritten signature or initials in blue ink.



4. Missão e Posicionamento Estratégico



4. Missão e Posicionamento Estratégico

4.1 Missão

Satisfazer as necessidades no domínio do abastecimento de água e saneamento de forma eficiente, garantindo o abastecimento em quantidade e qualidade, promovendo elevados índices de satisfação das populações, potenciando a sua atividade como ferramenta de apoio ao desenvolvimento económico e social a nível local e assegurando a preservação do ambiente.

4.2 Visão

Ser uma Concessão que se constitua como *benchmark* nacional na relação custo/eficiência do serviço.

Ser uma empresa que transmita confiança aos seus Clientes e onde os Colaboradores se orgulhem de trabalhar.

4.3 Valores

Com uma cultura própria, os Acionistas da Águas de Alenquer têm sabido escolher um percurso vencedor. Pretendemos inculcar essa cultura através da assunção dos seguintes valores para as nossas empresas participadas:

- Dinamismo e Profissionalismo
- Espírito de Equipa
- Criação de valor
- Respeito pelo ambiente
- Ética
- Estabilidade

4.4 Objetivos Estratégicos

Os objetivos estratégicos, ordenados pelas diferentes áreas da empresa, são os seguintes:

Global:

- Cumprir o contrato de concessão e fomentar o bom relacionamento com a Entidade Concedente;
- Adequar todos os contratos associados ao contrato de concessão às necessidades da empresa;
- Promover a eficácia na gestão;
- Contribuir para o desenvolvimento económico e social da região e promover a integração da Águas de Alenquer na comunidade Alenquerense.

Recursos Humanos:

- Otimizar a formação dos colaboradores da empresa ultrapassando as 35 horas por colaborador e por ano previstas na lei;
- Aperfeiçoamento do sistema de avaliação de desempenho;
- Potenciar as competências da empresa;
- Incentivar a comunicação interna e o espírito de equipa;
- Criar mecanismos de coordenação e de partilha de informação.

Área Técnica:

- Assegurar a fiabilidade no abastecimento de água e recolha de águas residuais;
- Garantir uma adequada qualidade da água distribuída;
- Cumprir o plano de investimentos e de manutenção previsto;
- Reduzir o número de consumos ilegais;
- Assegurar a inexistência de extravasamentos de águas residuais domésticas na rede de saneamento;
- Redução das perdas de água na rede de abastecimento.

Área Comercial:

- Promover a excelência na qualidade do serviço e melhorar a qualidade de vida dos nossos clientes;
- Desenvolver novos produtos e serviços procurando a satisfação do cliente;
- Aumentar a notoriedade da empresa e o conhecimento do mercado, como alavanca à expansão do negócio;
- Promover a implementação de uma nova estrutura tarifária mais adequada aos interesses dos nossos clientes;

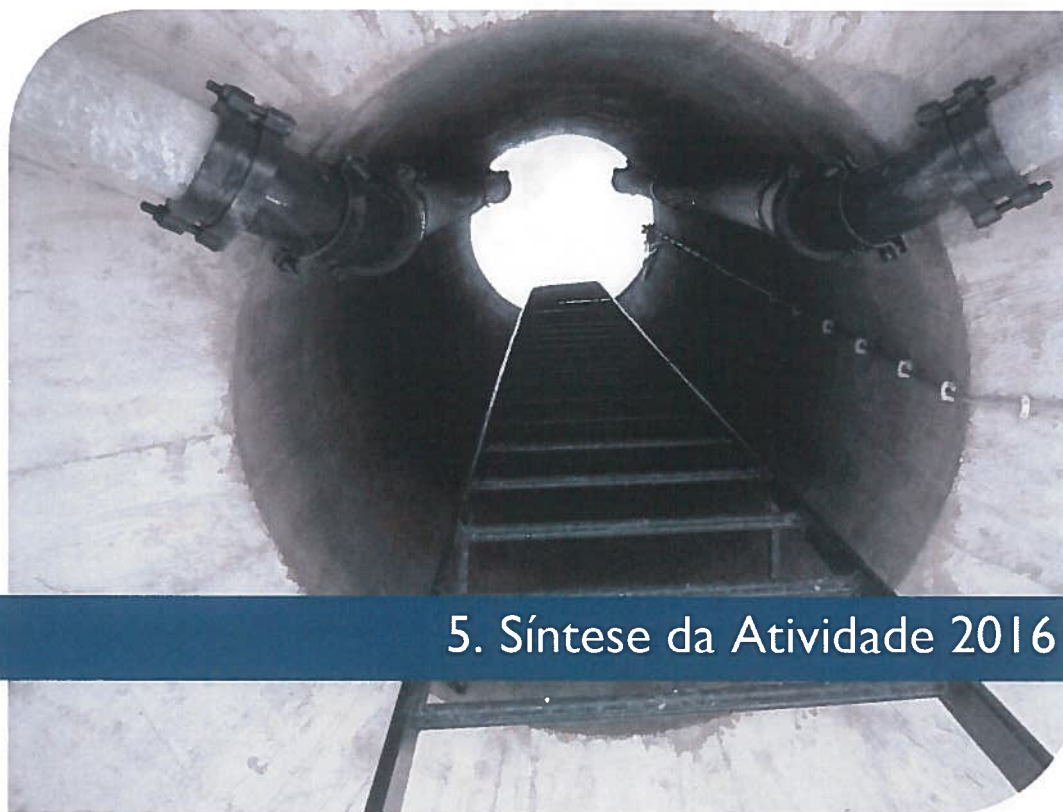
Área Financeira:

- Maximizar a criação de valor;
- Maximizar os proveitos operacionais;
- Otimizar os custos da estrutura;

Qualidade:

- Promover a melhoria contínua;
- Manter a certificação da Qualidade, Ambiente e Segurança.

Handwritten signature or initials in blue ink.



5. Síntese da Atividade 2016

5. Síntese da atividade de 2016

5.1 Factos Relevantes

Resumem-se os factos mais relevantes ocorridos em 2016 com implicação no negócio e na situação global da empresa:

- Ligeiro crescimento do número de clientes face ao ano de 2015, invertendo a tendência de redução verificada desde 2011;
- Ligeiro aumento de consumo baseado nas características do ano hidrológico verificado em 2016;
- Nova revisão da tarifa de resíduos urbanos, complementar ao ajustamento trienal da tarifa de resíduos urbanos iniciado em 2013, com reflexo direto na fatura da Águas de Alenquer;
- Problemas operacionais derivados de incrustações de calcário na rede;
- Manutenção da Certificação ISO 9001; ISO 14001 e OHSAS 18001;
- Consolidação do Programa de Gestão Patrimonial de Infraestruturas (GPI);
- Encerramento do Programa de Gestão de Caudais Indevidos (GCI) e arranque de um novo Programa de atualização do Plano de Segurança da Água (PSA);
- Manutenção da caracterização de efluentes de origem industrial em articulação com o Município e a Águas de Lisboa e Vale do Tejo;
- Consolidação das ferramentas operacionais Monitor - monitorização de caudais em tempo real e WorkWise - gestão de ordens de serviço;
- Reforço dos sistemas de vigilância e monitorização da rede de abastecimento de água e de drenagem de águas residuais através de um maior número de ponto de controlo da rede por via do sistema de telegestão e telealarmes integrados no Monitor;
- Transmissão e reforço à Águas de Lisboa e Vale do Tejo da oposição conjunta ao modelo de medição de caudais de águas residuais proposto para o município de Alenquer anteriormente imposto de forma unilateral pela Águas do Oeste;
- Cumprimento com o suporte acionista do Acordo com a Águas de Lisboa e Vale do Tejo para pagamento da totalidade da dívida existente e a extinção da instância nos processos judiciais existentes entre as Partes.

Com influência na atividade da empresa é ainda de destacar a reestruturação novamente anunciada para o sector através da cisão do Sistema Multimunicipal de Lisboa e Vale do Tejo.

5.2 Envolvente Exterior

5.2.1 Enquadramento Macroeconómico

Geral

Em 2016, o PIB registou um crescimento real de 1,4% (1,6% em 2015), desacelerando a recuperação iniciada em 2013. Para esta evolução concorreu um contributo menos positivo da procura interna, particularmente do investimento e das exportações de bens e serviços.

As economias da Zona Euro continuaram a beneficiar de taxas de juro que atingiram mínimos históricos, tendo encerrado mesmo negativas para os valores de referência a três e seis meses, tendo ambas as taxas uma redução de 0.19 p.p e 0.18 p.p., respetivamente.

	2014	2015	2016
Euribor 1M	0,02%	-0,23%	-0,38%
Euribor 3M	0,08%	-0,13%	-0,32%
Euribor 6M	0,17%	-0,04%	-0,22%
Euribor 12M	0,33%	0,06%	-0,08%

De acordo com a informação histórica do Banco de Portugal e EMMI, a evolução da Euribor nos últimos 3 anos foi a seguinte (valores no fim do período):

Fonte: EMMI (valores de fim de período)

O preço do petróleo estabilizou, situando-se o Brent abaixo dos 55 Euros/Barril no final do ano de 2016.

Numa economia importadora de petróleo, como é o caso da economia portuguesa, a redução do preço do petróleo tem um impacto positivo sobre o crescimento do PIB, através da redução dos custos de produção e de transporte e da sua transmissão aos preços no consumidor. O impacto sobre os preços do consumidor reflete quer o efeito direto proveniente da redução do preço dos produtos derivados do petróleo quer o efeito indireto resultante da redução do custo de produção de outros bens.

Portugal

O atual ritmo de recuperação da economia portuguesa tem sido relativamente moderado, tendo em conta a contração dos últimos anos.

Em 2016, o Índice de Preços no Consumidor (IPC) registou uma variação média anual de 0.6%, o que representa um aumento de 0.1p.p face aos valores de 2015.

A taxa de variação média anual do Índice Harmonizado de Preços no Consumidor (IHPC) situou-se em 0.8%, (aumento de 0.3p.p. face ao ano de 2015).

	2014	2015	2016
PIB	0,9%	1,6%	1,4%
IPC	(0,3%)	0,5%	0,6%
IHPC	(0,2%)	0,5%	0,8%
Desemprego	13,9%	12,4%	11,0%
Consumo Privado	2,1%	2,6%	2,1%
Consumo Público	(0,1%)	0,8%	1,0%
Exportações	2,9%	6,1%	3,7%
Importações	5,3%	8,2%	3,5%

Fonte: Banco de Portugal e INE (dez. 2016)

Apresentam-se em seguida as taxas de variação anual dos principais indicadores económicos, com base na informação do Banco de Portugal e INE.

A evolução das tarifas de energia elétrica de venda a clientes finais em Portugal Continental mostra um aumento em todos os níveis:

	2014	2015	2016
Média Tensão	155	161	165
Baixa Tensão Especial	169	175	180
Baixa Tensão Normal	142	146	150

Fonte: ERSE

A economia portuguesa tem mantido uma dinâmica de recuperação moderada desde 2013, e deverá continuar sustentada no dinamismo das exportações.

Neste enquadramento, as exportações de bens e serviços deverão registar um dinamismo superior ao da procura externa, tal como observado nos últimos anos. As exportações continuarão assim a ser a componente da procura global com maior contributo para o crescimento da atividade.

O maior dinamismo da economia portuguesa será sustentado por uma aceleração da Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF), baseada numa recuperação do investimento empresarial.

5.2.2 Enquadramento do Setor 2016

Em termos Nacionais, o PENSAAR 2020 constitui, desde 2014, o instrumento estratégico para o Setor de Abastecimento de Água e Saneamento de Águas Residuais, com enfoque na gestão eficiente de recursos, na evolução do setor no sentido da melhoria da qualidade e excelência do serviço e no acesso das populações a um serviço público de abastecimento e saneamento adequado às suas necessidades e com custos socialmente aceitáveis.

Em 2016 destaca-se, pela sua relevância na alteração do sector empresarial relacionado, a reversão da reestruturação do sector da água, através da fusão dos sistemas multimunicipais de água e saneamento, ocorrida na anterior legislatura.

Releva-se, ainda, a tendência para a horizontalização dos serviços de abastecimento de água e saneamento de águas residuais, procurando, no âmbito da gestão conjunta, a obtenção de economias de escala e a sustentabilidade dos sistemas.

Portugal - Atividade do Setor 2016

Em Portugal existiam em 2016, 385 entidades gestoras, das quais 269 com atividade de abastecimento público de água, em “alta” e “baixa”, excluindo-se cerca de 43 microentidades formadas por Juntas de Freguesia ou Associações de Utilizadores), 266 com atividade de saneamento de águas residuais urbanas e 280 com atividade na gestão de resíduos urbanos.

O setor é caracterizado por uma grande diversidade de realidades, não apenas ao nível do modelo de gestão adotado, mas também em relação à escala e recursos económico-financeiros e técnicos das entidades gestoras.

Segundo a ERSAR (RASARP, 2015), no abastecimento de água em alta, verifica-se que as concessões multimunicipais abrangem o maior número de municípios (174) e de população (5,1 milhões habitantes), sendo também o modelo que cobre a maior parte do território nacional, cerca de 71%.

Em relação ao ano anterior, regista-se uma diminuição no número de entidades, decorrente do processo de reestruturação do setor, através da fusão de concessões multimunicipais.

No saneamento em “alta”, o tipo de modelo com maior representatividade também é o das concessões multimunicipais, com 202 municípios e 7 milhões de habitantes, abrangendo 74% da área territorial.

Em relação ao ano anterior, à semelhança do abastecimento em “alta”, assinala-se uma diminuição no número de entidades, decorrente do processo de reestruturação do setor, através da fusão de concessões multimunicipais.

Entidades Gestoras em "Alta"	Água	Saneamento
Concessões Multimunicipais	5	5
Concessões Municipais	1	2
Delegações estatais	1	-
Parcerias Estado / Municípios	1	1
Empresas Municipais ou Intermunicipais	1	-
Juntas de freguesia/ Associação de utilizadores	-	-
Associações de Municípios	-	1
Serviços Municipalizados ou Intermunicipalizados	1	-
Serviços Municipais	1	-

Fonte: ERSAR, RASARP, 2015

Na vertente da “baixa”, existem em Portugal, 301 entidades no abastecimento de água, repartidas por 8 modelos de gestão e 257 no saneamento de águas residuais, repartidas por 5 modelos de gestão.

Nos serviços de abastecimento de água em “baixa”, os serviços municipais são o modelo de gestão com maior representatividade, abrangendo 2,9 milhões de habitantes, seguindo-se os serviços municipalizados ou intermunicipalizados, com 2,3 milhões de habitantes, as concessões municipais com cerca de 2 milhões de habitantes e as empresas municipais ou intermunicipais, com 1,8 milhões de habitantes.

Ao nível do saneamento de águas residuais em “baixa”, os serviços municipais têm a maior representatividade, abrangendo cerca de 3,7 milhões de habitantes e 191 municípios, seguindo-se os serviços municipalizados ou intermunicipalizados (2,3 milhões de habitantes, em 20 concelhos), as empresas municipais ou intermunicipais (1,8 milhões de habitantes, em 28 concelhos), as concessões municipais (1,7 milhões de habitantes, em 23 concelhos) e as parcerias Estado/municípios (0,6 milhões de habitantes, em 18 concelhos).

Entidades Gestoras em "Baixa"	Água	Saneamento
Concessões Multimunicipais	1	-
Concessões Municipais	28	23
Delegações estatais	1	-
Parcerias Estado / Municípios	2	2
Empresas Municipais ou Intermunicipais	23	23
Juntas de Freguesia/ Associação de utilizadores	43	-
Associações de Municípios	-	-
Serviços Municipalizados ou Intermunicipalizados	20	18
Serviços Municipais	183	191

Fonte: ERSAR, RASARP, 2015

Em relação à acessibilidade física dos serviços de abastecimento de água e saneamento de águas residuais, ambos em "baixa, de acordo com os parâmetros de qualidade da Entidade Reguladora (RASARP 2015), é considerada boa para o território continental, com exceção da acessibilidade em áreas mediantemente urbanas, considerada apenas satisfatória:

Abastecimento de água em Portugal continental	
Serviço em baixa (para 99% das entidades)	
Área predominantemente urbana	100%
Área mediantemente urbana	95%
Área predominantemente rural	92%

Fonte: ERSAR, RASARP, 2015

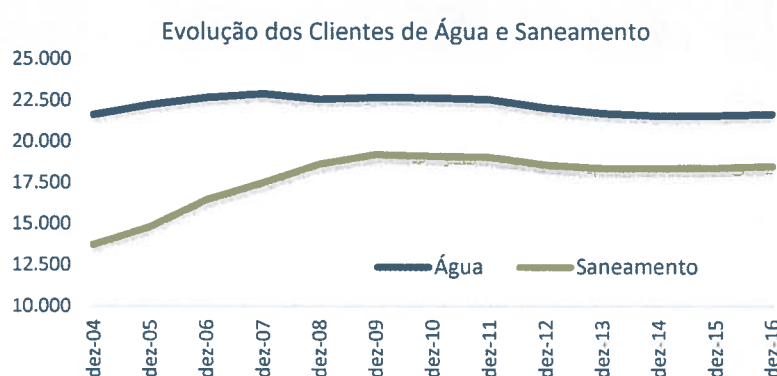
Saneamento de águas residuais em Portugal continental	
Serviço em baixa (para 89% das entidades)	
Área predominantemente urbana	97%
Área mediantemente urbana	80%
Área predominantemente rural	70%

5.2.3 Enquadramento Comercial

Clientes de água e saneamento

Em 2016 verificou-se uma ligeira recuperação face à redução do número de clientes ativos verificada desde 2011.

A redução do número de clientes teve a sua maior expressão em 2012, tendo a Concessão nesta data um número de clientes equivalente aos existentes no ano de arranque em 2004 (21630 vs. 21659 utilizadores).



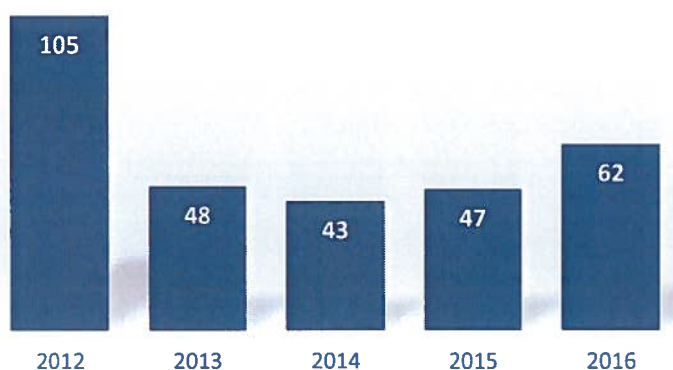
Para esta redução do número de cliente terá contribuído a evolução tarifária implementada em 2012, a variação da conta de terceiros na designada fatura da água, com destaque para o peso relativo dos resíduos urbanos, a situação socioeconómica do país e do Município, com o conseqüente aumento do desemprego e a redução do poder de compra das famílias, o regresso ao país de origem de alguma comunidade emigrante residente no concelho de Alenquer e a saída de população residente. A redução do número de segundas

habitações e a estagnação do mercado imobiliário terão potenciado também essa situação. Em 2016, com um ligeiro retomar do mercado imobiliário, verificou-se pela primeira vez desde 2011 o aumento do número de cliente. As variações verificadas não alteraram a distribuição relativa do número de clientes por freguesia: aproximadamente 50% dos clientes nos centros urbanos de Alenquer e Carregado, e os restantes clientes distribuídos pelas freguesias não urbanas. Continua a verificar-se a tendência de redução do peso relativo dos clientes industriais relativamente aos clientes domésticos, resultante da alteração do tecido empresarial no Município e da procura de origens alternativas para utilização industrial.

O gráfico anterior apresenta a evolução anual do número de cliente de água e de saneamento, sendo de realçar que apesar da diminuição de clientes o peso relativo dos clientes de saneamento mantém-se estável (85%).

No seguimento da melhoria contínua dos procedimentos internos da empresa, manteve-se a tendência de redução do prazo médio de resposta a reclamações, 3 dias úteis, reduzindo assim o prazo de resposta aos utilizadores. Relativamente a 2015 verificou-se um acréscimo de 15 reclamações face ao ano anterior, no entanto, apesar deste acréscimo o número de reclamações mantém-se em valores mínimos históricos. Refira-se ainda que das 62 reclamações rececionadas nos serviços da Águas de Alenquer, cerca de 70% foram consideradas indeferidas.

Registo de Reclamações



No quadro seguinte são apresentados alguns valores que caracterizam a atividade no período 2014-2016, com uma tendência de subida do consumo médio mensal e quebra de novos contratos.

Indicadores Gestão de Clientes – Água	2014	2015	2016
Consumo Médio Mensal - (m ³ /cliente/mês)	8,16	8,49	8,69
Factura Média Mensal - (€)	27,26	27,76	28,56
Novos Contratos - (un.)	255	273	229
Baixas de Contratos - (un.)	413	260	141
Cortes Efetuados Média Mensal - (un.)	90	97	81

De salientar a função do sítio da Águas de Alenquer como veículo fundamental de comunicação com os Utilizadores. As novas funcionalidades disponibilizadas aos utilizadores, como a aplicação myAqua, e a Loja Cliente, potenciaram a adesão à fatura eletrónica.

5.2.4 Enquadramento Interno do Setor

Captação, Tratamento e Distribuição de Água

Durante o ano de 2016, o volume de água entrada no sistema de distribuição foi de $3,12 \times 10^6 \text{ m}^3$, inferior ao volume entrado em 2015 ($-23,8 \times 10^3 \text{ m}^3$). Do volume entrado no sistema $3,01 \times 10^6 \text{ m}^3$ foram adquiridos à Águas de Lisboa e Vale do Tejo e os restantes $114 \times 10^3 \text{ m}^3$ produzidos em captações municipais “em baixa” em exploração pela Águas de Alenquer ou adquiridos ao Concelho de Arruda dos Vinhos.

O volume de água faturado em 2016 foi de aproximadamente $2,26 \times 10^6 \text{ m}^3$, o que representa um ligeiro crescimento dos consumos de aproximadamente 6,1% face a 2014 muito sustentado nas características do ano hidrológico (seco e quente, com um Verão prolongado). Na distribuição por tipo de consumidor, os consumidores domésticos continuam a ter a maior representatividade: 67% do volume faturado. Nos consumidores não-domésticos, a Autarquia representa cerca de 17%, o comércio 30% e a indústria 39%. O remanescente é repartido pelos restantes consumidores não-domésticos. De salientar o aparecimento em 2012 das tarifas sociais que englobam o tarifário doméstico para famílias numerosas e o tarifário doméstico para famílias de baixos rendimentos, que representaram no seu conjunto 0,8% dos consumos verificados.

O investimento alocado ao sistema de abastecimento de água para a monitorização e controlo dos caudais que circulam no sistema e a manutenção das práticas de pesquisa ativa de fugas e redução de perdas de água, permitiu em 2016 uma melhoria do rendimento do sistema (73,5% em 2016 vs 71,0% em 2015), correspondendo a uma redução do volume de água perdido de $84 \times 10^3 \text{ m}^3$ face a 2015. Para este efeito contribuiu igualmente o ligeiro aumento das vendas que impulsionou os ganhos no rendimento do sistema. Em sentido inverso, a falta de renovação da rede de abastecimento de água envelhecida, de acordo com o Índice de Valor da Infraestrutura (IVI), e que carece de investimentos significativos de reabilitação não previstos. Às características físicas do sistema acrescem os fortes constrangimentos provocados pelas incrustações de calcário existentes da rede de abastecimento de água, que em 2016 foram particularmente graves em Atalaia (Ventosa), Venda-Nova, Gatária e Santana da Carnota. Continuam por substituir as condutas na linha Gatária / Pereiro de Palhacana fortemente condicionadas desde o Verão de 2013.

No ano de 2016 foi integralmente cumprido o PCQA aprovado pela Entidade Reguladora, tendo sido realizadas 1.937 determinações a parâmetros de qualidade da água, de acordo com o programa de colheitas estabelecido. Todas as análises foram efetuadas em laboratório acreditado, não se tendo verificado qualquer incumprimento.

O sistema de abastecimento de água em exploração pela Águas de Alenquer é constituído por 678 km de condutas do sistema de abastecimento de água, 62 reservatórios, com uma capacidade acumulada de $18 \times 10^3 \text{ m}^3$ e 41 instalações elevatórias (44 estações elevatórias / centrais hidropressoras).

Recolha, Transporte e Tratamento de Efluentes

Durante o ano de 2016 o volume de água residual faturado pela Águas de Alenquer foi de $1,66 \times 10^6 \text{ m}^3$, sendo o volume registado à entrada das instalações de tratamento da Águas de Lisboa e Vale do Tejo de $2,46 \times 10^6 \text{ m}^3$. A diferença nos caudais faturados e registados é devida às aflúncias indevidas ao sistema, influenciadas pelas características do ano hidrológico e pelos níveis freáticos elevados nos períodos de precipitação prolongada. O melhor desempenho do sistema foi apenas influenciado pelas características do ano hidrológico que se traduziram num ano seco.

Para minimizar as afluências indevidas nas redes prediais e melhorar o desempenho do Sistema, mantiveram-se em articulação com o Município as campanhas de identificação de pontos de entrada de águas pluviais na rede de drenagem de águas residuais domésticas e as campanhas de caracterização e monitorização de efluentes.

A faturação da Águas de Lisboa e Vale do Tejo, foi realizada com base nos caudais medidos à entrada das ETAR, limitados a 130% da capacidade diárias de cada uma das ETAR, afetados pelo coeficiente de convergência previsto no Decreto-Lei n.º 94/2015, de 29 de maio que cria o Sistema Multimunicipal de Lisboa e Vale do Tejo.

O sistema de saneamento em exploração pela Águas de Alenquer é constituído por 414 km de coletores e condutas elevatórias e 12 estações elevatórias de águas residuais.

Trabalhos de Manutenção

Para além das atividades programadas de manutenção da rede de abastecimento de água, nomeadamente reservatórios, estações elevatórias e órgãos acessórios da rede, foram realizadas 324 intervenções de reparação de condutas, 266 reparações de ramais domiciliários e 233 reparações em acessórios de contadores e olhos-de-boi. No ano 2016 foram ainda renovados integralmente 66 ramais de água em resultado da reparação de roturas e da pesquisa ativa de fugas. Todos os trabalhos foram realizados com meios próprios, sustentando assim a aposta de internalização iniciada em 2010. De salientar ainda a campanha permanente de substituição de contadores, fortemente ampliada pelos problemas de calcário, garante uma idade média do parque de contadores de 4,2 anos, maximizada pela forte campanha de substituição de contadores iniciada em 2016.

No sector de saneamento procedeu-se à limpeza preventiva de 206 km de coletores de saneamento, procurando assim minorar as avarias no sistema. Realizaram-se durante o ano de 2016, 41 desobstruções na rede de coletores e 21 desobstruções em ramais domiciliários.

Foi efetuado o despejo de 82 fossas sépticas tendo sido recolhidos aproximadamente 597 m³ de águas residuais nessa operação.

Outras Atividades

Ao longo do ano de 2016 deram entrada e foram objeto de parecer técnico 54 projetos de redes prediais (abastecimento de água e de drenagem de águas residuais), perspetivando alguma retoma da atividade de construção no Município. Foram efetuados 44 orçamentos para ramais de água e 11 orçamentos para ramais de saneamento, com uma taxa de execução de 75% na água e de aproximadamente 60% no saneamento. As restrições impostas pelo Regulamento Municipal de trabalhos na via pública, com novas regras na reposição de pavimentos, continuam a ter reflexo na realização de novos ramais devido o impacto no custo final do ramal para o Utilizador.

Durante o ano de 2016 foi realizada a limpeza, desinfeção e higienização de todos os reservatórios em exploração. Foram criadas duas novas zonas de controlo de pressão, duas novas zonas de controlo caudal e instalado equipamento de telecontrolo/telegestão em mais catorze pontos de medição e controlo existentes com vista à melhoria operacional da rede. Em paralelo foram incrementadas as ferramentas funcionais com o suporte acionista: i) Monitor: Ferramenta de controlo de caudais, baseada numa análise

de métodos estatísticos, que produz e monitoriza perfis e padrões de consumo em zonas de medição e controlo. Esta monitorização (em contínuo) é suportada pela base de dados da telegestão, que leva à deteção automática de fugas de água, rebentamento de condutas ou avarias dos contadores; ii) Workwise: Ferramenta de gestão de ordens de serviço e portabilidade das mesmas.

Quanto a matérias ambientais, é de referir três descargas de águas residuais por avaria, ambas comunicadas à APA – Agência Portuguesa de Ambiente / ARH Tejo (Administração da Região Hidrográfica do Tejo) no integral cumprimento da legislação aplicável, tendo sido tomadas medidas operacionais com carácter de emergência para reposição do serviço de drenagem.

De destacar que a Águas de Alenquer através dos sistemas de micro geração de energia elétrica instalados nas suas instalações evitou a emissão de aproximadamente de 12,02 tn de CO₂, compensando em cerca de 95% as necessidades energéticas das instalações operacionais (loja e armazém). De referir que anualmente a AdA procura compensar a totalidade da energia consumida nas suas instalações com as 8 unidades de microgeração fotovoltaica instaladas.

Em termos de Investigação e Desenvolvimento será de destacar a participação nos projetos corporativos com vista à manutenção de um Sistema de Gestão de Patrimonial de infraestruturas de acordo com o Grupo de Trabalho ERSAR/LNEC, a participação na Iniciativa PGPE (Plano de Gestão de Perdas e Energia) promovido pelo LNEC em parceria com o IST, Addition, Lda. e ITA (Universidade Politécnica de Valência, Espanha), ambos sob a orientação da AGS, e a implementação de um Plano de Gestão de Caudais Indevidos, sob a orientação da Aquapor, concluído no 2º semestre de 2016 e arranque do Projeto PSA II (Plano de Segurança da Água), também com a orientação da Aquapor.

5.2.5 Regulação

Em março de 2016 a Águas de Alenquer apresentou à Câmara Municipal de Alenquer o relatório anual de exploração e gestão, referente ao ano de 2015, e em setembro foi apresentado o relatório semestral relativo à atividade desenvolvida no primeiro semestre de 2016, dando assim cumprimento ao estipulado nas cláusulas 82ª e 83ª do Contrato de Concessão.

Durante o ano de 2016 manteve-se o relacionamento positivo com a Câmara Municipal de Alenquer, tendo a Concedente promovido diversas ações de acompanhamento da atividade comercial e operacional, das quais resultaram sugestões de melhoria acolhidas e implementadas. Neste âmbito, salienta-se a realização de reuniões mensais de acompanhamento entre a Administração da empresa e o Diretor Municipal responsável pelo acompanhamento e fiscalização da Concessão.

A Comissão de Acompanhamento da Concessão, constituída em junho de 2014 nos termos do Decreto-lei n.º 194/2009 de 20 de agosto, reuniu trimestralmente durante o ano de 2016.

O tarifário praticado em 2016 foi aprovado em reunião ordinária da Câmara Municipal de Alenquer de 7 de março de 2016, tendo obtido parecer prévio favorável por parte da Entidade Reguladora através do Ofício N.º O-001448/2016 de 26 de fevereiro de 2016, e é apresentado nos quadros seguintes, sendo aplicável IVA à taxa de 6% para os serviços de água e saneamento e de 23% para outros serviços.

TARIFAS (base 30 dias)		
Descrição		
Tarifa Fixa de Abastecimento: (€)	2015	2016
Domésticos	5,8375	5,8542
Não Domésticos		
Até 20 mm	5,9628	5,9798
20 mm a 30 mm	7,0470	7,0671
30 mm a 50 mm	27,1037	27,1810
50 mm a 100 mm	54,2073	54,3620
mais de 100 mm	97,5731	97,8515
Tarifa Social e Familiar	0,0000	0,0000
Tarifas de Venda de Água: (€/m ³)		
Domésticos	2015	2016
1º Escalão (0 a 5 m ³ / 30 dias)	0,6290	0,6308
2º Escalão (6 a 15 m ³ / 30 dias)	1,2438	1,2473
3º Escalão (16 a 25 m ³ / 30 dias)	2,0149	2,0206
4º Escalão (mais de 25 m ³ / 30 dias)	3,1605	3,1695
Tarifa Familiar	2015	2016
Base tarifária dos utilizadores domésticos com alargamento dos escalões de 3 m ³ por cada descendente além do 2.º filho		
Tarifa Social	2015	2016
1º Escalão (0 a 5 m ³ / 30 dias)	0,0000	0,0000
2º Escalão (6 a 15 m ³ / 30 dias)	0,6290	0,6308
3º Escalão (16 a 25 m ³ / 30 dias)	2,0149	2,0206
4º Escalão (mais de 25 m ³ / 30 dias)	3,1605	3,1695
Não Domésticos	2015	2016
Escalão Único	2,0149	2,0206
Autarquia e Juntas de Freguesia		
2015	2016	
Escalão Único	1,2438	1,2473
Tarifa Fixa de Saneamento: (€)		
	100% Tarifa Fixa de Abastecimento	
Tarifa Variável de Saneamento: (€/m ³)		
	90% Tarifa de venda de Água	

* Outros Serviços não Especificados: 20% sobre o valor de orçamento

** Ramais: Gratuito para a 1.ª ligação de Utilizadores Domésticos com disponibilidade do serviço até 20 metros

Tarifas por Outros Serviços		
Abastecimento de Água: (€)		
2015	2016	
Vistoria Habitação (por fogo e anexos)	100,0883	100,3739
Ligação à rede de distribuição de água	58,7083	58,8758
Tarifa de aferição de contador se solicitada	100,0883	100,3739
Restabelecimento de ligação de água	53,3833	53,5356
Verificação extraordinária de contadores	26,6917	26,7679
Saneamento: (€)		
2015	2016	
Ligação Habitação (por fogo e anexos)	31,4621	31,5519
Vistoria Habitação (por fogo e anexos)	76,9533	77,1729
Desobstrução (por cada hora ou fracção)	87,7118	87,9621
Limpeza de fossas (por cada carga de 3 m ³)	95,6966	95,9696
Gerais: (€)		
2015	2016	
Pedido de informação sobre o sistema público	16,2622	16,3086
Pedido de Orçamento	27,1037	27,1810
Taxa de deslocação	26,3556	26,4308
Análise de projectos	165,6186	166,0912
Outros serviços não especificados*	20%	20%
Ramais Domésticos**		
Abastecimento de Água: (€)		
Valor Fixo (€):		
2015	2016	
até 1"	434,3524	435,5914
1 1/4"	445,0420	446,3118
1 1/2"	620,1099	621,8792
2"	692,3899	694,3655
maior que 2"	859,3484	861,8003
Valor Variável (€/metro)		
2015	2016	
até 1"	67,8892	68,0829
1 1/4"	68,5506	68,7462
1 1/2"	68,5506	68,7462
2"	69,4938	69,6921
maior que 2"	69,4938	69,6921
Saneamento: (€)		
Valor Fixo (€):		
2015	2016	
até 140mm	908,7964	911,3894
maior que 140mm	962,2556	965,0012
Valor Variável (€/metro)		
2015	2016	
até 140mm	92,2175	92,4806
maior que 140mm	98,8958	99,1780

Durante o mês de setembro foi submetido à Entidade Reguladora o Plano de Controlo da Qualidade da Água (PCQA) para o ano de 2017, tendo merecido a sua aprovação em "alta" e em "baixa". O Plano aprovado para o ano de 2016 foi cumprido na íntegra, sem qualquer incumprimento.

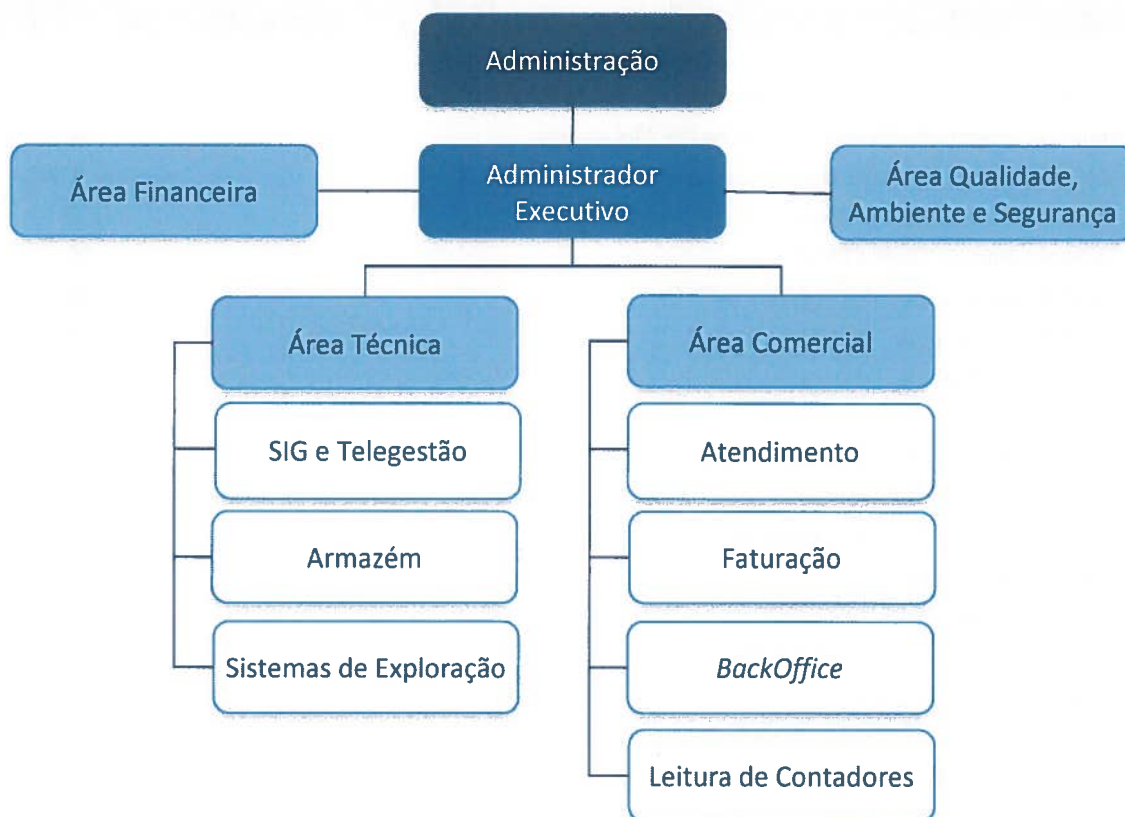
Em 2016 a Águas de Alenquer foi dispensada de auditoria no âmbito do sistema de avaliação de desempenho por parte da Entidade Reguladora.



5.3 Estrutura Organizacional

5.3.1 Organograma

O organograma da Águas de Alenquer apresenta a seguinte estrutura:



5.3.2 Formação

Em termos de carga horária verificou-se uma média de 27 horas de formação por colaborador.

Formação 2016	N.º de Horas
Águas de Alenquer - Quem Somos	12
Aquamatrix - Conceitos e Componentes	56
Aquarius <i>Sepectrum</i> - Water Pipe Network Monitoring	4
AQUASIS - Produtividade das Infraestruturas	8
Atendimento ao público / Registo de Cobranças	80
Carregamento de Dados ERSAR	30
Carta reboque de pesados (categoria C+E)	28
Combate a Incêndios	14
Encerramento GCI	12
Formação BSC	6
Formação Pedagógica Inicial de Formadores	40
Formação Primeiros Socorros	48
Galp Pro <i>Energy</i> - Programa Eficiência Energética (PME)	9
Green Business Week	8
iPerdas - 2ª Edição	7
ISO 14001:2015 - Implementar a Mudança	16
Passaporte de Segurança	64
PGPE - Programa de Gestão de Perdas de Água e Energia	72
PGPI - Plano de Gestão Patrimonial de Infraestruturas	62
Plano de Segurança da Água - Torres Vedras	3
Portfólio ERSAR	6
Portfólio Interno	6
Primavera	4
QAS - Qualidade, Ambiente e Segurança	138
Resultados do 1º semestre de 2016	11
Técnica <i>Aquaperformance</i>	6
Trabalho em Espaços Confinados	55
Tripé + Arnês	10
VII Jornadas de Engenharia do Grupo AdP	8
Vortal - Plataforma de Compras	6
	828

5.3.3 Recursos Humanos

O quadro de pessoal da Águas de Alenquer é composto por 31 colaboradores, dos quais 3 em regime de requisição à CMA e 1 em regime de prestação de serviço.

A antiguidade média dos trabalhadores é de 8 anos.

A estrutura dos colaboradores da Empresa é distribuída da seguinte forma: homens 77% e mulheres 23%, com distribuição por faixa etária apresentada na tabela anterior.

Na tabela seguinte apresenta-se a distribuição dos colaboradores por habilitações literárias, sendo de destacar que 67% dos colaboradores da empresa possui o 12º ano de escolaridade ou superior.

Faixa Etária	N.º de Colaboradores		
	2014	2015	2016
20 - 24	0	0	0
25 - 29	6	5	4
30 - 34	10	11	9
35 - 39	4	2	5
40 - 44	5	7	5
45 - 49	2	1	4
50 - 54	2	2	3
mais de 55	3	2	1
	32	30	31

Habilitações Literárias	N.º de Colaboradores		
	2014	2015	2016
Ensino Superior	5	6	6
Bacharelato	1	1	1
12.º Ano	15	13	14
10.º Ano	2	2	2
Ensino Básico	9	8	8
	32	30	31

Descrição	2016		2015		2014	
	N.º médio de pessoas	N.º de horas trabalhadas	N.º médio de pessoas	N.º de horas trabalhadas	N.º médio de pessoas	N.º de horas trabalhadas
Pessoal ao serviço da empresa	31	49.904	30	52.664	33	54.488
Pessoas remuneradas ao serviço da empresa	30	49.904	29	52.664	32	54.488
Pessoas não remuneradas ao serviço da empresa	0	0	0	0	0	0
Pessoal ao serviço da empresa por tipo horário	30	0	29	0	32	0
Pessoas ao serviço da empresa a tempo completo	29	0	29	0	32	0
Pessoas remuneradas ao serviço da empresa a tempo completo	30	0	29	0	32	0
Pessoas ao serviço da empresa a tempo parcial	0	0	0	0	0	0
Pessoas remuneradas ao serviço da empresa a tempo parcial	0	0	0	0	0	0
Pessoal ao serviço da empresa por sexo	30	49.904	29	52.664	32	54.488
Homens	22	38.744	22	40.200	25	42.632
Mulheres	8	11.160	7	12.464	7	11.856
Pessoal ao serviço da empresa das quais	1	1.632	1	1.704	1	1.651
Pessoal ao serviço da empresa afetas à Investigação e Desenvolvimento	0	0	0	0	0	0
Prestadores de serviço	1	1.632	1	1.704	1	1.651
Pessoas colocadas através de agências de trabalho temporário	0	0	0	0	0	0

No ano de 2016 registaram-se dois acidentes de trabalho.

5.3.4 Regras Societárias

O Conselho de Administração reúne regularmente com uma periodicidade mínima trimestral para deliberar sobre assuntos de interesse para a Águas de Alenquer. Para obrigar a sociedade, em qualquer ato administrativo, é necessária a assinatura conjunta de dois Administradores, à exceção de algumas funções devidamente delegadas por via de procuração.

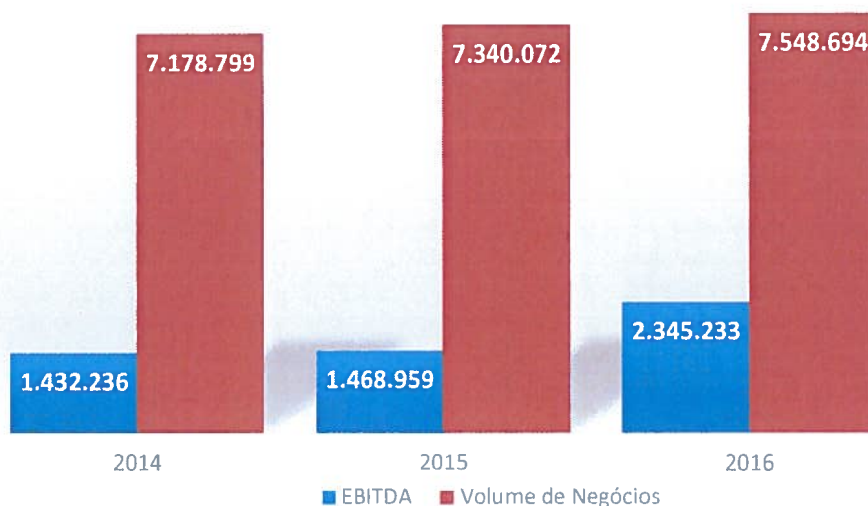
Foram conferidas funções executivas a um dos administradores, através de procuração, com poderes de gestão corrente, *plafonds* de aprovação de investimento e despesa e de celebração de contratos com terceiros até determinados limites.

A administração executiva realiza reuniões internas semanais com os diretores da empresa para complementar a gestão da empresa. Os diretores reúnem periodicamente com os seus colaboradores.

5.4 Desempenho da Empresa

No ano 2016 verificou-se um aumento significativo do EBITDA de 876.274 € (59,7%) para o qual contribuiu fortemente a redução das tarifas da entidade em Alta para os serviços de fornecimento de Água de Abastecimento e Tratamento de Efluentes, o Volume de Negócios registou um aumento de 208.622 Euros (2,8%), resultante do aumento das captações verificado ao longo de 2016.

Variação EBITDA / Volume de Negócios



	2014	2015	2016	Var. 15/16
	Euros	Euros	Euros	%
Ativo Líquido	22.795.935	23.617.199	23.450.861	-0,7%
Capitais Próprios	4.845.827	4.680.012	6.746.597	44,2%
Capital Social	1.500.000	1.500.000	1.500.000	-
Passivo Remunerado	5.168.147	11.057.910	10.107.518	-8,6%
<i>Divida Líquida (1)</i>	<i>0,52</i>	<i>0,70</i>	<i>0,60</i>	<i>-</i>
<i>Estrutura Financeira (2)</i>	<i>1,07</i>	<i>2,36</i>	<i>1,50</i>	<i>-</i>
<i>Autonomia Financeira (3)</i>	<i>21,26%</i>	<i>19,82%</i>	<i>28,77%</i>	<i>-</i>
Rendimentos Operacionais	7.529.024	7.733.384	8.113.559	4,9%
EBITDA	1.432.236	1.468.959	2.345.233	59,7%
<i>Margem EBITDA (4)</i>	<i>19,02%</i>	<i>19,00%</i>	<i>28,91%</i>	<i>52,2%</i>
<i>Margem EBIT</i>	<i>8,86%</i>	<i>8,93%</i>	<i>19,21%</i>	<i>115,1%</i>
Resultado Financeiro	-193.916	-1.271.599	-195.670	-84,6%
Resultado Líquido	318.750	-404.951	1.034.439	355,45%

(1) - D/(D+E)

(2) - D/E

(3) - Capitais Próprios/ Ativo Líquido Total

(4) - EBITDA/ Rendimentos Operacionais

5.5 Análise Económico Financeira

5.5.1 Análise de Gastos e Rendimentos

Gastos Operacionais

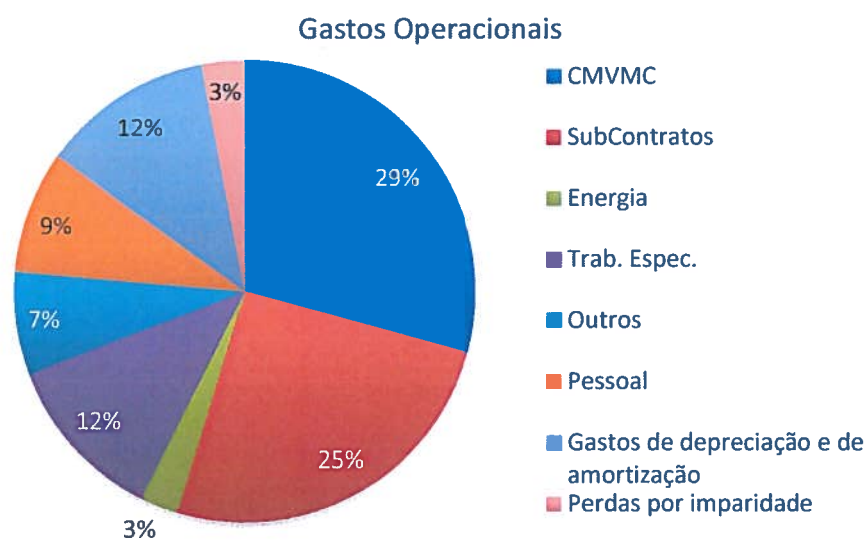
Os Gastos Operacionais antes de amortizações ascenderam a 5.571.756 Euros, representando um decréscimo de 10% face ao período homólogo.

No global, verificou-se um decréscimo de Gastos Operacionais no valor de 487.710 Euros, uma redução de 2,9% face ao ano anterior.

Este decréscimo é justificado redução das tarifas da entidade em Alta para os serviços de fornecimento de Água de Abastecimento e Tratamento de Efluentes.

Gastos Operacionais	2014 euros	2015 euros	2016 euros	Peso %	Var. 15/16 %
CMVMC	1.980.549	1.996.221	1.918.548	29,3%	-3,9%
Subcontratos	1.945.391	1.897.634	1.665.307	25,4%	-12,2%
Energia	184.411	188.304	173.409	2,6%	-7,9%
Trabalhos Especializados	704.742	730.853	776.718	11,8%	6,3%
Outros	544.087	782.957	471.045	7,2%	-39,8%
Pessoal	601.998	592.767	566.728	8,6%	-4,4%
Subtotal	5.961.178	6.188.736	5.571.756	85,0%	-10,0%
Gastos de depreciação e de amortização	765.021	778.319	786.708	12,0%	1,1%
Perdas por imparidade	135.609	75.689	196.571	3,0%	159,7%
Total	6.861.809	7.042.745	6.555.034	100,0%	-6,9%

O peso relativo dos Gastos Operacionais é detalhado no gráfico seguinte, sendo de destacar o peso relativo da compra de água e tratamento de efluentes decorrentes dos contratos de fornecimento e recolha celebrados entre o Município de Alenquer e a Águas de Lisboa e Vale do Tejo, representa 52% dos Gastos Operacionais antes de Depreciações, Amortizações e Ajustamentos.



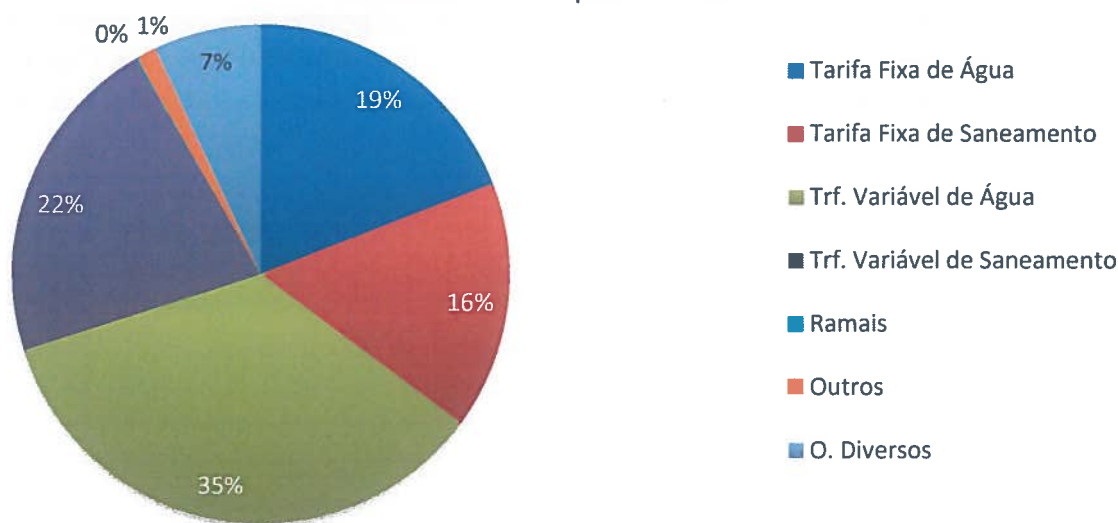
Rendimentos Operacionais

Durante o exercício de 2016, os Rendimentos Operacionais totais ascenderam a 8.113.559 Euros, representando um acréscimo de 380.175 Euros em relação ao valor registado no final do ano anterior.

No ano 2016 verificou-se um aumento do Volume de Negócios de 208.622 Euros (2,8%), resultante do aumento das capitações verificado no decorrer do ano, influenciadas pelas características do ano hidrológico.

Rendimentos Operacionais	2014 Euros	2015 Euros	2016 Euros	Peso %	Var. 15/16 %
Tarifa Fixa	2.869.270	2.844.719	2.853.739	35,2%	0,3%
Tarifa Fixa de Água	1.556.167	1.542.391	1.547.398	19,1%	0,3%
Tarifa Fixa de Saneamento	1.313.103	1.302.329	1.306.341	16,1%	0,3%
Tarifa Volumétrica	4.181.805	4.341.468	4.570.021	56,3%	5,3%
Tarifa Variável de Água	2.535.469	2.677.414	2.830.416	34,9%	5,7%
Tarifa Variável de Saneamento	1.646.336	1.664.054	1.739.606	21,4%	4,5%
Outros serviços	127.724	153.884	124.933	1,5%	-18,8%
Ramais	9.443	28.090	13.004	0,2%	-53,7%
Outros	118.281	125.794	111.929	1,4%	-11,0%
O. Diversos	350.225	393.312	564.866	7,0%	43,6%
Total	7.529.024	7.733.384	8.113.559	100,0%	4,9%

Rendimentos Operacionais



5.5.2 Análise do Balanço

	2014	2015	2016	Var. 15/16
	Euros	Euros	Euros	%
Ativo				
Ativo não corrente	18.079.863	17.607.839	16.836.130	-4%
Ativo corrente	4.716.072	6.009.360	6.614.732	10%
Inventários	66.883	73.543	84.612	15%
Divida de Terceiros	3.782.160	4.110.234	4.053.085	-1%
Diferimentos	15.333	15.411	18.705	21%
Caixa e depósitos bancários	851.696	1.810.172	2.458.329	36%
Total	22.795.935	23.617.199	23.450.861	-1%
Capital Próprio	4.845.827	4.680.012	6.746.597	44%
Passivo	17.950.108	18.937.187	16.704.265	-12%
Passivo não corrente	7.375.045	6.018.966	4.589.272	-24%
Passivo corrente	10.575.063	12.918.222	12.114.993	-6%
Total	22.795.935	23.617.199	23.450.861	-1%

O Ativo líquido da concessão atingiu no final do exercício de 2016 os 23.450.861 Euros.

O Passivo total registou um decréscimo de 12% atingindo os 16.704.265 Euros, o Passivo Não Corrente registou uma diminuição de 24%, efeito da redução do financiamento bancário a médio longo prazo, amortização de capital no valor de 1.230.000 Euros em 2016. Por outro lado, os Capitais Próprios aumentaram 44% atingindo 6.746.597 Euros efeito do resultado líquido do exercício e do reforço das Prestações Acessórias.

5.5.3 Indicadores Económico-Financeiros

	2014	2015	2016	Var. 15/16
	<i>Euros</i>	<i>Euros</i>	<i>Euros</i>	%
Ativos fixos tangíveis	219.098	212.506	264.224	24%
Ativos Intangíveis	17.796.619	17.150.728	16.527.113	-4%
Ativos por impostos diferidos	64.056	244.375	44.481	-82%

	2014	2015	2016	Var. 15/16
	<i>Euros</i>	<i>Euros</i>	<i>Euros</i>	%
Capital Social	1.500.000	1.500.000	1.500.000	0%
Prestações Acessórias	2.690.000	2.929.135	3.948.558	35%
Suprimentos	175.000	175.000	175.000	0%
Financiamento Bancário CP	1.230.000	1.230.000	1.230.000	0%
Financiamento Bancário MLP	3.690.000	2.460.000	1.230.000	-50%
Total	9.285.000	8.294.135	8.083.558	-3%
Caixa e depósitos bancários	851.696	1.810.172	2.458.329	36%
Divida Líquida	8.433.304	6.483.964	5.625.229	-13%

Financeiro	2014	2015	2016	Var. 15/16
	<i>Euros</i>	<i>Euros</i>	<i>Euros</i>	%
Capital Social	1.500.000	1.500.000	1.500.000	100%
Ativo Líquido	22.795.935	23.617.199	23.450.861	-1%
Ativos por impostos diferidos	64.056	244.375	44.481	-82%
Volume de Negócios (€)	7.178.799	7.340.072	7.548.694	3%
Volume de Negócios / Cliente (€)	333	340	349	2%
Resultado Antes de Impostos (€)	473.299	-580.960	1.362.855	335%
Resultado Líquido do Exercício (€)	318.750	-404.951	1.034.439	355%
EBITDA (€)	1.432.236	1.468.959	2.345.233	60%

Rátios		2014	2015	2016
Rátios de Rentabilidade	Rentabilidade dos Capitais próprios	0,066	-0,087	0,153
	Rentabilidade das Vendas	0,044	-0,055	0,137
	Rentabilidade do Ativo	0,029	0,029	0,066
Rátios de endividamento	Rátios de endividamento	0,516	0,457	0,286
Rátios de Estrutura	Autonomia Financeira	0,213	0,198	0,288
	Solvabilidade	0,270	0,247	0,404
	Estrutura de Capitais	3,704	4,046	2,476
Rátios de Liquidez	Liquidez geral	0,446	0,465	0,546
	Liquidez reduzida	0,438	0,458	0,537
	Liquidez imediata	0,081	0,140	0,203

5.5.4 Principais Investimentos

No final de 2008, a Águas de Alenquer terminou a execução física do Plano de Investimentos referente à rede de drenagem de águas residuais, com a execução de 82,26 km de coletores, 5 estações elevatórias de águas residuais, 2.202 ramais e 6 novos reservatórios de água. Em 2013 foi executado o sistema elevatório de águas residuais do Fiandal para garantir uma solução alternativa ao sistema gravítico projetado inicialmente e interrompido por falta de disponibilização de terrenos, concluindo assim integralmente o Plano de Investimentos referente às obras de saneamento.

Em 2016 a Águas de Alenquer investiu 214.810 Euros relativos às seguintes infraestruturas e equipamentos:

- Execução de cinco novas zonas de medição de caudal e/ou estabilização de pressão;
- Instalação de equipamentos de telecontrolo para monitorização em contínuo e emissão de alarmes em 5 EEAA e 9 ZMC com integração no software Monitor;
- Remodelações diversas na rede de abastecimento de água, incluindo a substituição de rede;
- Conservação e pintura exterior de 7 instalações (reservatórios e EEAA), incluindo a reabilitação interior da câmara de aspiração da EEAA de Cheganças;

- Remodelação e beneficiação de estações elevatórias de água, com destaque para a remodelação de equipamento nas EEAA de Cheganças, Vale Figueiras e Pedrogão e no reservatório de Abrigada;
- Melhoria das condições de abastecimento de água à povoação de Casais da Pedreira;
- Renovação do Parque de Contadores, com a substituição de 5.443 contadores;
- Instalação de telecontagem nos grandes consumidores;
- Substituição de válvulas e ventosas, incluindo a remodelação integral de 3 VRP com alteração de caixa;
- Remodelações diversas na rede de águas residuais domésticas, incluindo a substituição de rede;
- Melhoria da eficiência energética nas EEAA com a instalação de variadores de velocidade nas EE de Vale Figueiras, Pancas, Marmeleira, Santana da Carnota, Cheganças, Paula/Labrugeira, Paúla / Cabanas de Torres e Santa Teresa no âmbito do Programa ADENE TC3;
- Aquisição de equipamento operacional (água e águas residuais).



Handwritten notes in blue ink, including a large '5' and some illegible scribbles.



6. Perspetivas para o Futuro

6. Perspetivas para o Futuro

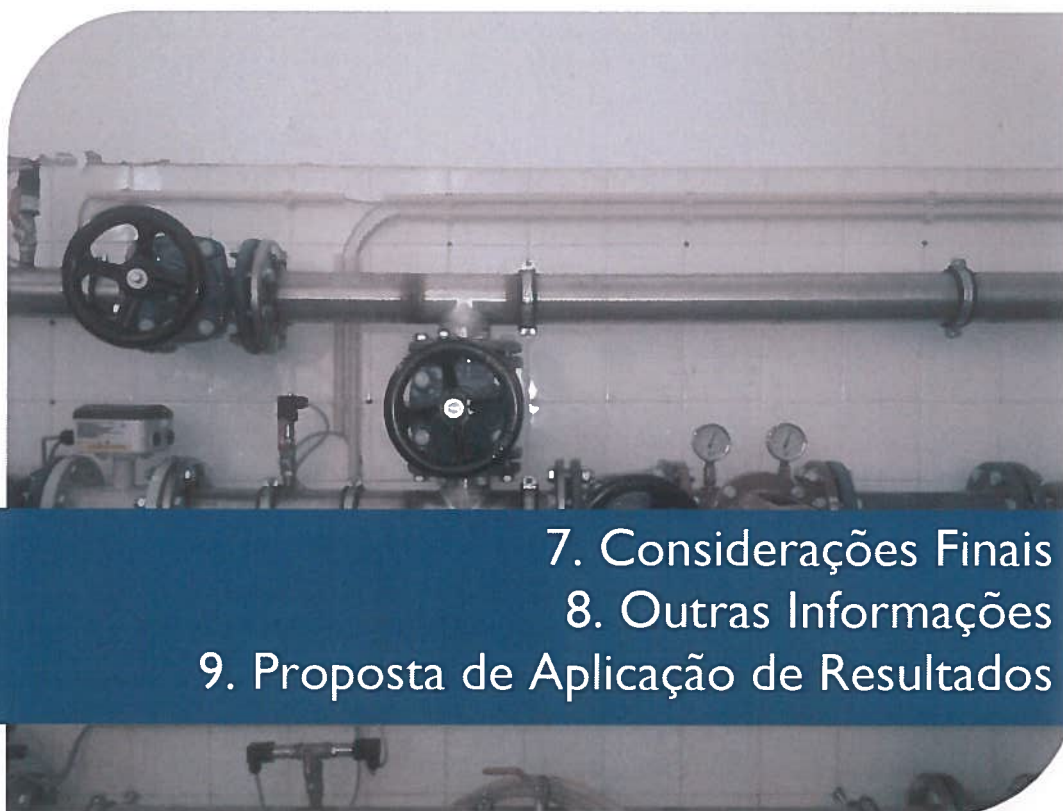
A Águas de Alenquer pretende:

- Satisfazer continuamente as necessidades de abastecimento de água e drenagem de águas residuais aos Utilizadores do Sistema;
- Ser uma empresa ambientalmente responsável, contribuindo para a melhoria e preservação do meio ambiente;
- Contribuir para o desenvolvimento do Município de Alenquer, potenciando parcerias locais em situação de igualdade;
- Ser referência na relação custo/eficiência do serviço, transmitindo confiança aos seus Clientes;
- Promover uma cultura de melhoria contínua num quadro de sustentabilidade a longo prazo, suportada numa gestão eficiente dos recursos e numa adequada estrutura organizativa onde os Colaboradores se orgulhem de trabalhar;
- Apostar na formação dos recursos humanos;
- Criar competências que nos distingam na gestão dos nossos clientes, melhorando a imagem da empresa perante a sociedade.

Numa análise de riscos e incertezas relacionados com acontecimentos ou condições que possam afetar significativamente a situação da Águas de Alenquer, referenciamos:

- Evolução do sistema de faturação da atividade de saneamento e a evolução das tarifas do Sistema Multimunicipal;
- Evolução das taxas de juro e variação dos preços de energia e combustíveis;
- Evolução de consumos enquadrados na evolução da conjuntura económico-financeira;
- Finalização do processo associado às incrustações de calcário na rede de abastecimento de água e alteração da origem de água;
- Efeito das aflúncias indevidas no sistema de drenagem de águas residuais;
- Degradação da situação económico-financeira da Concessão em resultado do atraso na conclusão do processo de reposição do equilíbrio económico-financeiro da Concessão apresentado ao Município de Alenquer em fevereiro de 2016.

Handwritten signature and initials in blue ink.



- 7. Considerações Finais
- 8. Outras Informações
- 9. Proposta de Aplicação de Resultados

7. Considerações Finais

O Conselho de Administração quer reafirmar o seu profundo reconhecimento e agradecimento a todos aqueles que de uma forma direta ou indireta colaboraram na prossecução dos objetivos da Empresa, nomeadamente:

- À Câmara Municipal de Alenquer, cuja colaboração permanente tem promovido a melhoria contínua do serviço prestado;
- Aos seus Acionistas, pelas orientações recebidas e pelo importante acompanhamento e confiança;
- A todos os colaboradores da empresa e dos seus acionistas, pela competência e dedicação demonstradas;
- Aos nossos clientes a quem procuramos prestar sempre um melhor serviço;
- Ao Revisor Oficial de Contas e Fiscal Único pelo espírito interessado e positivamente crítico, no seguimento da atividade de empresa;
- Ao Presidente da Mesa da Assembleia Geral e restantes membros da Mesa, pela colaboração sempre dispensada;
- Aos fornecedores, pela colaboração na prossecução dos objetivos da Empresa.

8. Outras Informações

- Não existem factos relevantes após o fecho do exercício de 2016;
- Não houve qualquer negócio entre a sociedade e os seus administradores no exercício de 2016;
- A sociedade não tem sucursais.

9. Proposta de Aplicação de Resultados

Propõe-se que do Resultado Líquido do exercício de 2016, positivo no valor de 1.034.439 Euros, sejam transferidos 5% para Reservas Legais, 51.722 Euros, e o remanescente para a conta de Resultados Transitados.

Handwritten signature and initials in blue ink.



10. Contas do Exercício de 2016 e respetivo Anexo

10. Demonstrações Financeiras do Exercício de 2016 e Respetivo Anexo

10.1 Balanço

Entidade: AdA - Águas de Alenquer, SA

Balanço em 31 de Dezembro de 2016

Euro

RUBRICAS	Notas	31.12.2016	31.12.2015
ATIVO			
Não corrente			
Ativos fixos tangíveis	8	264.224	212.506
Ativos intangíveis	7	16.527.113	17.150.728
Outros Investimentos Financeiros		312	230
Ativos por impostos diferidos	14	44.481	244.375
Total de Ativos não Correntes		16.836.130	17.607.839
Corrente			
Inventários	9	84.612	73.543
Clientes	15	2.541.588	2.467.903
Estado e outros entes públicos	16	137.627	267.447
Outros créditos a receber	15	1.373.870	1.374.885
Diferimentos	16	18.705	15.411
Caixa e depósitos bancários	4	2.458.329	1.810.172
Total de Ativos Correntes		6.614.732	6.009.360
Total do Ativo		23.450.861	23.617.199
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
Capital Próprio			
Capital subscrito	3	1.500.000	1.500.000
Outros instrumentos de capital próprio	3	3.948.558	2.929.135
Reservas legais	3	73.544	73.544
Resultados transitados	3	177.333	582.284
Ajustamentos/Outras variações capital próprio	3	12.723	0
Resultado líquido do período		1.034.439	-404.951
Capital próprio atribuível ao grupo		6.746.597	4.680.012
Total do Capital próprio			
Passivo			
Não corrente			
Provisões	13	2.859.642	3.044.433
Financiamento Obtidos	15	1.473.104	2.700.506
Outras dívidas a pagar	15	256.526	274.026
Total do Passivo não Corrente		4.589.272	6.018.966
Corrente			
Financiamento Obtidos	15	1.234.031	1.236.948
Fornecedores	15	9.850.992	10.783.884
Estado e outros entes públicos	16	210.216	99.638
Outras dívidas a pagar	15	819.755	797.752
Total do Passivo Corrente		12.114.993	12.918.222
Total do Passivo		16.704.265	18.937.187
TOTAL CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO		23.450.861	23.617.199

10 de março de 2017

59

SÉRGIO M. S. MALINO
T. O. C. 25363
Contrib. N.º 194 191 052

10.2 Demonstração dos Resultados

Entidade: AdA - Águas de Alenquer, SA

Demonstração dos Resultados por Naturezas

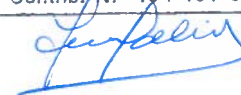
Período findo em 31 de Dezembro de 2016

Euro

RUBRICAS	NOTAS	31.12.2016	31.12.2015
RENDIMENTOS E GASTOS			
Vendas e serviços prestados	11	7.548.694	7.340.072
Trabalhos para a própria entidade	10	173.831	71.006
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	9	-1.918.548	-1.996.221
Fornecimentos e serviços externos	16	-3.078.783	-3.308.039
Gastos com o pessoal	16	-566.728	-592.767
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	14	-196.571	-75.689
Provisões (aumentos/reversões)	12	184.791	111.397
Outros rendimentos	16	206.243	210.909
Outros gastos	16	-7.697	-291.710
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		2.345.233	1.468.959
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	16	-786.708	-778.319
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		1.558.525	690.640
Juros e rendimentos similares obtidos	16	11.592	279.078
Juros e gastos similares suportados	16	-207.262	-1.550.678
Resultado antes de impostos		1.362.855	-580.960
Imposto sobre o rendimento do período	14	-328.416	176.008
Resultado líquido do período		1.034.439	-404.951
Resultado por Acção Básico		3,45	-1,35




SÉRGIO M. S. MALINO
T. O. C. 25363
Contrib. N.º 194 191 052



10.3 Demonstração Individual de Fluxos de Caixa

Entidade: AdA Águas de Alenquer, SA

Demonstração dos Fluxos de Caixa

Período findo em 31 de Dezembro de 2016

RUBRICAS	NOTAS	31.12.2016	31.12.2015
Fluxos de caixa das actividades operacionais			
Recebimentos de clientes		9.307.842	8.846.437
Pagamentos a fornecedores		-6.582.544	-4.650.152
Pagamentos ao pessoal		-302.793	-336.494
Caixa gerada pelas operações		2.422.504	3.859.791
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		217.281	-165.291
Outros recebimentos/pagamentos		-1.620.009	-957.460
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)		1.019.777	2.737.039
Fluxos de caixa das actividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Activos fixos tangíveis		-123.434	-18.811
Recebimentos provenientes de:			
Subsídios ao Investimento		13.480	0
Fluxos de caixa das actividades de investimento (2)		-109.954	-18.811
Fluxos de caixa das actividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Realizações de Capital e de Outros instrumentos de Capital Próprio		1.019.423	239.135
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		-1.230.000	-1.230.000
Juros e gastos similares		-51.087	-78.888
Fluxos de caixa das actividades de financiamento (3)		-261.665	-1.069.753
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		648.158	1.648.475
Efeito das diferenças de câmbio		0	0
Caixa e seus equivalentes no início do período		1.810.172	161.697
Caixa e seus equivalentes no fim do período	4	2.458.329	1.810.172

10 de março de 2017

SÉRGIO M. S. MALINO
T.O.C. 25363
Contrib. N.º 194 191 052

61

10.4 Demonstração Individual das alterações no Capital Próprio

Entidade: AdA Águas de Alenquer, SA

Demonstração das alterações no Capital Próprio no período findo em 31 de Dezembro de 2016

Euro

DESCRIÇÃO	Capital Próprio atribuído aos detentores do capital da empresa-mãe							Total do Capital Próprio
	Capital realizado	Outros instrumentos de capital próprio	Reservas legais	Outras reservas	Outras variações no Capital Próprio	Resultados Transitados	Resultado Líquido do período	
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2016	1.500.000	2.929.135	73.544		0	582.284	-404.951	4.680.012
APLICAÇÃO DE RESULTADOS								
Constituição da Reserva legal							0	0
Transferência de Resultados Líquidos para Resultados Transitados						-404.951	404.951	0
ALTERAÇÕES NO PERÍODO					0	-404.951	404.951	0
PRIMEIRA ADOÇÃO DE NOVO REFERENCIAL CONTABILÍSTICO (SNC)								
Alterações de políticas contabilísticas								
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras								
Realização do excedente de revalorização de activos fixos tangíveis e intangíveis								
Excedentes de revalorização de activos fixos tangíveis e intangíveis e respectivas variações								
Ajustamentos por impostos diferidos								
Outras alterações reconhecidas no capital próprio		1.032.146						1.032.146
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO		1.032.146					1.034.439	1.034.439
RESULTADO INTEGRAL							1.034.439	1.034.439
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO								
Realizações de capital								
Realizações de prémios de emissão								
Distribuições								
Entradas para cobertura de perdas								
Outras operações								
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO 2016	1.500.000	3.961.281	73.544	0	0	177.333	1.034.439	6.746.597



SÉRGIO M. S. MALINO
T. O. C. 25363

Contrib. N.º 194 191 05

10 de março de 2017.



Entidade: AdA Águas de Alenquer, SA

Demonstração das alterações no Capital Próprio no período findo em 31 de Dezembro de 2015

Euro

DESCRIÇÃO	Capital Próprio atribuído aos detentores do capital da empresa-mãe							Total do Capital Próprio
	Capital realizado	Outros instrumentos de capital próprio	Reservas legais	Outras reservas	Outras variações no Capital Próprio	Resultados Transitados	Resultado Líquido do período	
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2015	1.500.000	2.690.000	57.606		0	279.471	318.750	4.845.827
APLICAÇÃO DE RESULTADOS								
Constituição da Reserva legal			15.938				-15.938	0
Transferência de Resultados Líquidos para Resultados Transitados						302.813	-302.813	0
ALTERAÇÕES NO PERÍODO								
Primeira adopção de novo referencial contabilístico (SNC)								
Alterações de políticas contabilísticas								
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras								
Realização do excedente de revalorização de activos fixos tangíveis e intangíveis								
Excedentes de revalorização de activos fixos tangíveis e intangíveis e respectivas variações								
Ajustamentos por impostos diferidos								
Outras alterações reconhecidas no capital próprio		239.135						239.135
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO		239.135						239.135
RESULTADO INTEGRAL								
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO								
Realizações de capital								
Realizações de prémios de emissão								
Distribuições								
Entradas para cobertura de perdas								
Outras operações								
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO 2015	1.500.000	2.929.135	73.544	0	0	582.284	-404.951	4.680.011

SÉRGIO M. S. MALINO
 T. O. C. 25363
 Contrib. N.º 194 191 052

10 de março de 2017

Anexo

Período findo em 31 de dezembro de 2016

Este documento contém as divulgações exigidas pelas Normas de Contabilidade e de Relato Financeiro (NCRF) que compõem o Sistema de Normalização Contabilística (SNC), em referência ao exercício de 2016.

As demonstrações financeiras, bem como os valores constantes neste anexo encontram-se expressos em euros, utilizando o método comum e arredondamento, até 0,50 euros arredondados para baixo, e acima de 0,50 euros inclusive arredondado para cima.

Índice do Anexo:

1. Identificação da entidade
2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras
3. Principais políticas contabilísticas
4. Fluxos de caixa
5. Políticas contabilísticas, alterações das estimativas contabilísticas e erros
6. Partes relacionadas
7. Ativos intangíveis
8. Ativos fixos tangíveis
9. Inventários
10. Contratos de construção
11. Rédito
12. Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes
13. Acontecimentos após a data de balanço
14. Imposto sobre o rendimento
15. Instrumentos financeiros
16. Divulgações exigidas por diplomas legais
17. Outras informações

I. Identificação da entidade

1.1 Designação da sociedade

A AdA – Águas de Alenquer, S.A. (Águas de Alenquer) é uma sociedade anónima constituída em 07 de outubro de 2003, cujo objeto social consiste na Exploração e Gestão dos serviços Públicos Municipais de Abastecimento de Água, e recolha, tratamento e rejeição de efluentes na área do Município de Alenquer, bem como a realização de Obras necessárias à execução do Plano de Investimentos da Concessionária.

Para o cumprimento do seu objeto social, a Águas de Alenquer celebrou um Contrato de Concessão por um período de 30 anos com a Câmara Municipal de Alenquer a 17 de novembro de 2003.

No dia 2 de janeiro de 2004 foi celebrado o Auto de Consignação das infraestruturas, tendo-se iniciado o Funcionamento da Concessão pelo período de 30 anos.

A 12 de março de 2008 foi celebrado o Primeiro Aditamento ao Contrato de Concessão, tendo como razão principal o aumento dos custos associados à Águas do Oeste, não contemplados no Contrato de Concessão, e a revisão do Plano de Investimentos.

No dia 24 de julho de 2009 a Águas de Alenquer apresentou à Câmara Municipal de Alenquer, ao abrigo do disposto na Cláusula 88ª do Contrato de Concessão, um novo pedido de reposição do equilíbrio económico-financeiro da concessão. Nesse âmbito, durante o ano de 2010 decorreram as negociações da revisão do Contrato de Concessão, tendo sido estabilizada entre as partes uma minuta de aditamento apresentada à Entidade Reguladora em janeiro de 2011. O Segundo Aditamento ao Contrato de Concessão foi assinado a 16 de novembro de 2011, concluído o processo de aprovação nos órgãos municipais competentes. Este aditamento assegura a necessária adaptação à nova legislação do setor e imprime uma maior proximidade e compromisso junto dos utilizadores, através da fixação de níveis de serviços e adequação da estrutura tarifária, com a inclusão de um tarifário social e de um tarifário para famílias numerosas.

A resolução dos problemas das incrustações de calcário na rede de abastecimento de água não está contemplada neste aditamento, continuando o Município a liderar este processo junto das diferentes entidades envolvidas.

Existe um conjunto de bens da concedente que estão a ser utilizados pela Concessionária, que serão restituídos no final da concessão. Os bens consignados em janeiro de 2004 ascendem 13.329.872 euros. Em novembro de 2010 foi realizada uma nova consignação referente a obras e aquisição de terrenos, realizada pelo Município após janeiro 2004 no valor 3.917.139 euros.

No dia 30 de novembro de 2015, a Águas de Lisboa e Vale do Tejo e a Águas de Alenquer celebraram um Acordo com o objetivo de encerrar os processos judiciais existentes e estabelecer um plano de pagamentos para liquidação da totalidade da dívida vencida à data da sua celebração, incluindo o pagamento dos juros de mora vencidos. Com este Acordo as Partes comprometem-se a promover a extinção da instância em todos os processos judiciais pendentes entre as Partes e a Águas de Lisboa e Vale do Tejo confirma a execução do abastecimento de água ao ponto de entrega em Alenquer III (reservatório de Vila Alta – Alenquer) a partir de uma nova origem, o Adutor Torres Vedras / Mafra, anulando assim a atual origem de água junto ao Rio Alenquer associada aos problemas de incrustações de calcário verificados na rede de abastecimento de água (Zona I).

Todos os valores associados a esta transação, incluindo juros de mora e custas judiciais, encontram-se registados e condicionaram o resultado do ano de 2015.

Sede da empresa

A empresa tem a sua sede na Rua do Convento de São Julião n.º 95, Carapinha, 2580-377 Alenquer.

1.2 Natureza da atividade

A montante e a jusante da atividade da Águas de Alenquer, encontra-se o Sistema Multimunicipal de Abastecimento de Água e Saneamento do Oeste, criado pelo Decreto-Lei n.º 305-A/2000, de 24 de novembro. A Águas do Oeste, S.A. é a empresa concessionária do Sistema Multimunicipal por um período de 30 anos.

O Sistema Multimunicipal de Abastecimento de Água e Saneamento do Oeste configura-se como um sistema “em alta” que assegura o abastecimento de água aos municípios (sistema “em baixa”). O sistema municipal está consignado à Águas de Alenquer, entidade responsável pela distribuição de água a partir dos reservatórios municipais e a recolha das águas residuais domésticas provenientes das redes domiciliária de águas residuais no Município de Alenquer.

Nesse âmbito é garantido pela Águas de Lisboa e Vale do Tejo o fornecimento de água “em alta” e a recolha e tratamento dos efluentes gerados através do Contrato de Fornecimento e do Contrato de Recolha, respetivamente, celebrados entre a Águas de Lisboa e Vale do Tejo e o Município de Alenquer. A totalidade dos efluentes recolhidos é entregue ao Sistema Multimunicipal, que garante o fornecimento de cerca de 97% da água entrada no sistema. O remanescente é proveniente de captações municipais em exploração pela Águas de Alenquer.

A Águas de Alenquer efetua a cobrança da sua atividade através do Tarifário aprovado anualmente pela Câmara Municipal de Alenquer, que compreende para a atividade de abastecimento de água e de saneamento a aplicação de um tarifário específico, com uma componente fixa e uma componente variável indexada ao consumo de água. Para além dos tarifários associados ao serviço de abastecimento de água e saneamento, são aplicadas tarifas associadas aos serviços auxiliares prestados ao Utilizador.

Adicionalmente, a empresa obtém rendimentos residuais resultantes do fornecimento de energia à rede de distribuição.

1.3 Designação da empresa-mãe

A 31 de dezembro de 2016, as pessoas coletivas que integram o capital social subscrito da empresa são:

- AGS – Administração e Gestão de Sistemas de Salubridade, S.A. (39,9997%), com sede em Porto Salvo, Oeiras;
- Aquapor – Serviços, S.A. (39,9997%), com sede em Lisboa;
- Ecobrejo – Gestão de Águas, Resíduos e Ambiente S.A. (20,0%), com sede em Ferraria, Porto de Mós;
- AGS - Hidurbe, Serviços Ambientais S.A. (0,0003%).
- Luságua – Gestão de Águas, S.A. (0,0003%).

2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

2.1 Sistema de Normalização Contabilística

A empresa faz relato contabilístico das suas contas de acordo com as Normas de Contabilidade e Relato Financeiro (NCRF), aplicando supletivamente a IFRIC 12, e a SIC 29.

2.2 Indicação e justificação das disposições do SNC que, em casos excecionais, tenham sido derogadas e dos respetivos efeitos nas demonstrações financeiras, tendo em vista a necessidade de estas darem uma imagem verdadeira e apropriada do ativo, do passivo e dos resultados da entidade.

Não houve derrogações com vista à imagem verdadeira e apropriada

2.3 Indicação e comentário das contas do balanço e da demonstração dos resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do exercício anterior

Não existem contas, seja do balanço seja da demonstração de resultados, cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do exercício anterior.

Não houve derrogações com vista à imagem verdadeira e apropriada

2.4 Novas normas e interpretações aplicáveis ao exercício

Em resultado da transposição para o ordenamento jurídico interno da Diretiva nº 2013/34/EU, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 26 junho de 2013, através da publicação do Decreto-Lei nº 98/2015 de 2 de junho, ocorreram alterações a nível das NCRF que têm aplicação obrigatória para exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2016. Da aplicação dessas normas e interpretações, não existem impactos relevantes para as demonstrações financeiras da empresa.

3. Principais políticas contabilísticas

3.1 Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras:

Na preparação das demonstrações financeiras a que se referem as presentes notas, a empresa adotou:

- As Bases de Preparação das Demonstrações financeiras constantes no Decreto-lei 98/2015 de 2 de junho e na portaria 220/2015 de 24 de julho.
- As NCRF em vigor na presente data;
- Supletivamente a IFRIC 12 e a SIC 29.

Assim, as demonstrações financeiras foram preparadas tendo em conta as bases da continuidade, do regime do acréscimo, da consistência de apresentação, da materialidade e agregação, da não compensação e da informação comparativa.

Tendo por base o disposto nas NCRF, e aplicando supletivamente a IFRIC 12 e a SIC 29, as políticas contabilísticas adotadas pela empresa foram as seguintes:

a) Ativos Fixos Tangíveis

Os Ativos Fixos Tangíveis referem-se a bens de sua propriedade utilizados no exercício da sua atividade, e que não integram o direito à concessão, Instalações Físicas, Microgeração de Energia, Ferramentas, Equipamento de Transporte, Equipamento Administrativo e Outros. A empresa adotou o custo na mensuração dos Ativos Fixos Tangíveis.

Os Ativos Fixos Tangíveis são amortizados linearmente pelo método duodecimal, utilizando o critério da vida útil dos bens.

A vida útil destes ativos varia de acordo com a seguinte tabela:

Anos de vida útil	2016_2015
Edifícios e Outras Construções	8-20
Equipamento Básico	8
Equipamento Transporte	4-6
Ferramentas	4-10
Equipamento Administrativo	3-10
Micro Geração Energia	4
Outros	8

O gasto com depreciações é reconhecido na demonstração de resultados na rubrica Gastos/Reversões de Depreciação e Amortização.

Os bens estão reconhecidos ao custo líquido de amortizações e perdas por imparidade acumuladas.

Quando existem indícios de que os bens podem estar em imparidade, os mesmos são sujeitos a testes de imparidade, sendo essa mesma imparidade, quando existente, registada em resultados do exercício.

Os custos de manutenção e reparação correntes são reconhecidos como gastos no período em que ocorrem.

Os custos com substituições e grandes reparações são capitalizados sempre que aumentem a vida útil do imobilizado a que respeitem e são amortizadas no período remanescente da vida útil desse imobilizado ou no seu próprio período de vida útil, se inferior.

Qualquer ganho ou perda resultante do desreconhecimento de um ativo tangível (diferença entre o valor de venda menos custos da venda e o valor contabilístico) é incluído no resultado do exercício no ano em que o ativo é desreconhecido.

b) Ativos Intangíveis

A empresa dispõe, inicialmente, de um conjunto de bens imóveis que integram o sistema de Abastecimento de Água e de Saneamento. Estes, conjuntamente com o direito de cobrança aos utentes que provém da prestação de serviços de construção de infraestruturas, constituem o Direito da Concessão da empresa, que se encontra reconhecido tendo como base a IFRIC 12, e de acordo com a percentagem de acabamento.

Os ativos são registados ao custo de aquisição acrescidos dos gastos financeiros ocorridos durante a sua elaboração.

As amortizações são calculadas numa base duodecimal utilizando o método das unidades de produção, ou seja, os caudais de água e saneamento faturados constituem a base para o cálculo das amortizações. O caudal anual corresponde ao volume de água e saneamento faturados no ano face ao volume total por faturar até final da concessão.

O gasto com as amortizações do ativo intangível é reconhecido na rubrica Gastos/reversões de depreciação e amortização.

As taxas de depreciação utilizadas para os bens afetos à água e saneamento, respetivamente, foram as seguintes:

	2016	2015	2014
Água	4,17%	3,73%	3,41%
Saneamento	4,09%	3,85%	3,64%

c) Ativos e Passivos por Impostos Diferido e Imposto sobre o Rendimento do Período

c.1) Ativos e Passivos por Impostos Diferidos

Os Ativos e Passivos por Impostos Diferidos resultam do apuramento de diferenças temporárias entre a base contabilística e a base fiscal dos ativos e passivos da Empresa.

Os Ativos por Impostos Diferidos refletem:

- As diferenças temporárias dedutíveis até ao ponto em que é provável a existência de lucros tributáveis futuros relativamente ao qual a diferença dedutível pode ser usada;
- Perdas fiscais não usadas e créditos fiscais não usados até ao ponto em que seja provável que lucros tributáveis futuros estejam disponíveis contra os quais possam ser usados.

Diferenças temporárias dedutíveis são diferenças temporárias das quais resultam quantias que são dedutíveis na determinação do lucro tributável/perda fiscal de períodos futuros quando a quantia escriturada do ativo ou do passivo seja recuperada ou liquidada.

Os Passivos por Impostos Diferidos refletem diferenças temporárias tributáveis.

As Diferenças temporárias tributáveis são diferenças temporárias das quais resultam quantias tributáveis na determinação do lucro tributável/perda fiscal de períodos futuros quando a quantia escriturada do ativo ou do passivo seja recuperada ou liquidada.

A mensuração dos Ativos e Passivos por Impostos Diferidos:

- É efetuada de acordo com as taxas que se espera que sejam de aplicar no período em que o ativo for realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas fiscais aprovadas à data de balanço; e
- Reflete as consequências fiscais que se seguem da forma como a empresa espera, à data do balanço, recuperar ou liquidar a quantia escriturada dos seus ativos e passivos.

c.2) Imposto sobre o Rendimento

O Imposto sobre o Rendimento do Período engloba os impostos correntes e diferidos do exercício.

O Imposto Corrente é determinado com base no resultado contabilístico ajustado de acordo com a legislação fiscal em vigor a que está sujeita a empresa.

A empresa é tributada em sede de Imposto sobre o Rendimento à taxa de 21%, acrescida da Derrama até à taxa máxima de 1,5% sobre o Lucro Tributável.

Os prejuízos fiscais até 2009 são reportáveis durante um período de seis anos, entre 2010 e 2011 por um período de quatro anos, e a partir de 2012 por um período de cinco anos após a sua ocorrência e suscetíveis de dedução a lucros fiscais gerados durante esse período.

Adicionalmente, a partir de 1 de janeiro de 2012, a dedução de prejuízos fiscais, incluindo os prejuízos fiscais apurados antes de 1 de janeiro de 2012, será limitada a 70% do lucro tributável apurado no exercício em que seja realizada a dedução.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos, em situação lucro fiscal, e de seis anos em situação de prejuízo (cinco para a segurança social).

O Conselho de Administração da Águas de Alenquer, suportado nas posições dos seus consultores fiscais e tendo em conta as responsabilidades reconhecidas, entende que das eventuais revisões dessas declarações fiscais não resultarão correções materiais nas demonstrações financeiras a 31 de dezembro de 2016.

d) Inventários

As matérias subsidiárias e de consumo encontram-se valorizadas ao custo de aquisição, o qual é geralmente inferior ao respetivo valor de mercado, se o custo de aquisição for superior ao respetivo valor de mercado será considerado uma imparidade pela diferença. Como método de custeio das saídas adotou-se o custo médio ponderado.

Relativamente à compra de água à Águas de Lisboa e Vale do Tejo, os volumes aduzidos ao sistema são valorizados a preço de custo, conforme tarifário aprovado para o Sistema Multimunicipal por despacho de Sua Excelência o Ministro do Ambiente, Ordenamento do Território e Energia. Os encargos associados à exploração das captações de água municipais em exploração pela Águas de Alenquer encontram-se valorizados e refletidos nos custos de exploração.

e) Clientes

As contas a receber de Clientes são mensuradas ao custo líquido de imparidades.

A imparidade é determinada com base em critérios económicos relativamente aos ativos de contratos rescindidos, em relação aos contratos ativos é utilizado o critério económico e da mora.

f) Estado e Outros Entes Públicos

Os saldos ativos e passivos desta rubrica são apurados com base na legislação em vigor.

No que respeita aos ativos não foi reconhecida qualquer imparidade por se considerar que tal não é aplicável dada a natureza específica do relacionamento.

g) Outras Contas a Receber

Os montantes incluídos nesta rúbrica correspondem essencialmente a valores a faturar a terceiros por gastos suportados devido a incrustação de calcário na rede.

Os saldos constantes nesta rubrica encontram-se valorizados ao custo.

h) Caixa e Bancos

Os montantes incluídos na rubrica de Caixa e Bancos correspondem aos valores de caixa e outros depósitos.

Estes saldos estão mensurados da seguinte forma:

- Caixa – ao custo;
- Depósitos sem maturidade definida - ao custo;

i) Diferimentos Ativos e Passivos

Esta rubrica reflete as transações e outros acontecimentos relativamente aos quais não é adequada a sua integral imputação aos resultados num único exercício.

j) Rubricas dos Capitais Próprios***j.1) Capital Subscrito***

O capital social encontra-se totalmente realizado à data das demonstrações financeiras.

j.2) Outros Instrumentos de Capital Próprio

Esta rubrica inclui Prestações Acessórias que foram efetuadas pelos acionistas, na sequência de deliberação em Assembleia Geral, e que ficaram sujeitas ao regime das Prestações Suplementares. De acordo com este regime, tais prestações não vencem juros (art.º 210 do CSC) e apesar de não terem prazo de reembolso definido (art.º 211 do CSC) só podem ser reembolsadas se após o seu reembolso o total do Capital Próprio não ficar inferior à soma do Capital e da Reserva Legal (art.º 213 do CSC).

j3) Reservas Legais

De acordo com o art.º 295 do CSC, pelo menos 5% do resultado tem de ser destinado à constituição ou reforço da reserva legal até que esta represente pelo menos 20% do Capital Social.

A reserva legal não é distribuível a não ser em caso de liquidação e só pode ser utilizada para absorver prejuízos, depois de esgotadas todas as outras reservas, ou para incorporação no Capital Social (art.º 296 do CSC).

k) Locações

Os contratos de locação são classificados como locações financeiras se através deles, forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à propriedade do ativo. A classificação em locação financeira depende da substância da transação e não da forma do contrato.

Os ativos fixos adquiridos mediante contratos de locação financeira, são contabilizados reconhecendo os ativos fixos tangíveis e as depreciações acumuladas correspondentes, e as dívidas pendentes de liquidação de acordo com o plano financeiro contratual. Adicionalmente, os juros incluídos no valor das rendas e as depreciações dos ativos fixos tangíveis são reconhecidos como gastos na Demonstração dos Resultados do exercício.

Os contratos de locação são classificados como locações operacionais se através deles, não forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à propriedade do ativo. A classificação em locação operacional depende da substância da transação e não da forma do contrato.

Nas locações consideradas como operacionais, as rendas devidas são reconhecidas como gastos na Demonstração dos Resultados do exercício.

l) Financiamentos Obtidos

Os financiamentos obtidos estão valorizados ao custo.

São também reconhecidos nesta rubrica os valores respeitantes a juros de suprimentos devidos aos Acionistas e não liquidados.

O reconhecimento em não corrente ou corrente advém da sua maturidade.

m) Outras Contas a Pagar

A conta da Câmara Municipal de Alenquer respeitante à retribuição a pagar à concedente referente a rendas futuras encontra-se registada ao custo, atualizado de acordo com o do fator de revisão previsto no Contrato de Concessão.

As restantes contas a pagar não vencem juros nem têm implícitos quaisquer juros pelo que estão mensuradas ao custo.

O reconhecimento em não corrente ou corrente advém da sua maturidade.

n) Fornecedores

As contas a pagar são reconhecidas ao custo.

o) Vendas e Prestação de Serviços

As Vendas e as Prestações de Serviço são mensuradas pelo justo valor da retribuição recebida ou a receber deduzido das quantias relativas a descontos financeiros e de quantidades concedidos.

O reconhecimento do rédito das prestações de serviços relacionadas com a tarifa volumétrica e a tarifa de disponibilidade de água, resulta do facto das leituras dos contadores instalados nos pontos de consumo não serem todas realizadas no último dia de cada mês, mas sim de dois em dois meses ao longo de todos os dias do mês. Esta estimativa é feita com base na faturação da tarifa e no acréscimo de dias que ficaram por faturar relativamente ao mês em causa.

Relativamente à tarifa volumétrica e de disponibilidade de saneamento aplica-se o mesmo critério.

O rédito da prestação de serviços relativo a ramais é reconhecido aquando da disponibilização do mesmo para exploração pelo valor constante no tarifário aprovado previamente pela Concedente para aquele exercício.

p) Trabalhos para a própria Entidade

São reconhecidos todos os gastos com a construção da infraestrutura da concessão assim como os encargos financeiros de empréstimos obtidos diretamente relacionados com a construção de ativos, que levem um período significativo de tempo a ficarem preparados para o fim pretendido. A capitalização destes encargos começa após o início da preparação das atividades de construção do ativo e é interrompida após o início da utilização.

A fase de acabamento dos contratos de construção é determinada pela elaboração periódica de Autos de Medição de trabalhos que servem de base à faturação apresentada.

Alterações nos factos e circunstâncias subsequentes podem conduzir à revisão das estimativas no futuro, pelo que os resultados reais poderão vir a diferir das estimativas presentes.

q) Fornecimentos e Serviços Externos

São registados em FSE – Subcontratos – todos os custos debitados por terceiros referentes a elaboração dos bens reversíveis.

r) Custo das Mercadorias Vendidas e Consumidas

O CMVC encontra-se mensurado ao custo.

s) Gastos com o Pessoal

Os gastos com o pessoal englobam remunerações fixas ou variáveis, atribuídas ao pessoal afeto à empresa, assim como as contribuições obrigatórias, quotizações sindicais e outros gastos com o pessoal, como seguros, fardamento e formação.

Os montantes incluídos nesta rubrica encontram-se valorizados ao custo.

t) Juros e Gastos similares suportados

Os gastos com financiamento são reconhecidos na demonstração de resultados do período a que respeitam e incluem:

- Juros bancários;
- Juros de Suprimentos

Os gastos financeiros de financiamentos obtidos quando relacionados com a elaboração de ativos intangíveis, que constituem o direito à concessão são capitalizados, fazendo parte desse direito. A capitalização destes custos começa após o início da preparação das atividades de elaboração do ativo e é interrompida com o final da execução do ativo, ou quando o projeto em causa se encontra suspenso.

u) Provisões

As provisões refletem as obrigações presentes da entidade, provenientes de acontecimentos passados cuja liquidação se espera que resulte num exfluxo de recursos da entidade que incorporem benefícios económicos e cuja tempestividade e quantia são incertas, mas cujo valor pode ser estimado com fiabilidade.

As provisões são mensuradas pela melhor estimativa do dispêndio exigido para liquidar a obrigação presente à data do balanço.

Esta rubrica inclui uma provisão para investimento de substituição.

v) Outros Rendimentos e Ganhos

Os montantes incluídos nesta rubrica encontram-se valorizados ao justo valor e correspondem essencialmente rendimentos suplementares, débito de gastos com calcário e indemnização a receber pelo atraso na entrada em operação das infraestruturas da Águas de Lisboa e Vale do Tejo.

w) Outros Gastos e Perdas

Os outros gastos e perdas são reconhecidos na demonstração de resultados do período a que respeitam e incluem essencialmente impostos, donativos, indemnizações e gastos relacionados com incrustações de calcário na rede.

3.2 Outras políticas contabilísticas relevantes

Para além das políticas referidas no ponto 3.1, a empresa adota supletivamente o disposto na IFRIC 12 – Acordos de Concessão de Serviços e da SIC 29 – Divulgação - Acordos de Concessão de Serviços.

A IFRIC 12 define as regras a observar na contabilização dos acordos de concessão, atendendo aos serviços que presta e ao poder de controlo que tem sobre os ativos da concessão.

3.3 Juízos de valor (excetuando os que envolvem estimativas) que o órgão de gestão fez no processo de aplicação das políticas contabilísticas e que tiveram maior impacto nas quantias reconhecidas nas demonstrações financeiras:

Vidas úteis dos Ativos Fixos Tangíveis

A vida útil de um ativo é o período durante o qual uma entidade espera que esse ativo esteja disponível para seu uso e deve ser revista pelo menos no final de cada exercício económico.

O método de amortização/depreciação a aplicar e as perdas estimadas decorrentes da substituição de equipamentos antes do fim da sua vida útil, por motivos de obsolescência tecnológica, é essencial para determinar a vida útil efetiva de um ativo.

Estes parâmetros são definidos de acordo com a melhor estimativa da gestão, para os ativos e negócios em questão, considerando também as práticas adotadas por empresas dos setores em que a empresa opera.

3.4 Principais pressupostos relativos ao futuro (envolvendo risco significativo de provocar ajustamento material nas quantias escrituradas de ativos e passivos durante o ano financeiro seguinte):

Não se espera qualquer risco de provocar ajustamento material.

3.5 Principais fontes de incerteza das estimativas (envolvendo risco significativo de provocar ajustamento material nas quantias escrituradas de ativos e passivos durante o ano financeiro seguinte):

As estimativas são baseadas no melhor conhecimento existente em cada momento e nas ações que se planeiam realizar, sendo permanentemente revistas com base na informação disponível.

Alterações nos factos e circunstâncias subsequentes podem conduzir à revisão das estimativas no futuro, pelo que os resultados reais poderão vir a diferir das estimativas presentes.

3.6 Imparidade das contas a receber

O risco de crédito dos saldos de contas a receber é avaliado a cada data de relato, tendo em conta a informação histórica do devedor e o seu perfil de risco.

As contas a receber são ajustadas pela avaliação efetuada dos riscos estimados de cobrança existentes à data do balanço, os quais poderão vir a divergir do risco efetivo a incorrer no futuro.

4. Fluxos de Caixa

4.1 Comentário da gerência sobre a quantia dos saldos significativos de caixa e seus equivalentes que não estão disponíveis para uso:

Todos os saldos incluídos em caixa e seus equivalentes encontram-se disponíveis para uso à data das demonstrações.

4.2 Desagregação dos valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários:

A rubrica de Caixa e Bancos no Balanço decompõem-se da seguinte forma:

	2016	2015
Caixa	9.208	16.835
Depósitos à ordem	2.449.121	1.793.336
Caixa e seus equivalentes	<u>2.458.329</u>	<u>1.810.172</u>
Caixa e Depósitos Bancários	<u>2.458.329</u>	<u>1.810.172</u>

Os montantes considerados em caixa e depósitos à ordem destinam-se a satisfazer compromissos de curto prazo.

5. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:

Durante o exercício corrente não houve qualquer alteração às NCRF em vigor, pelo que não foi adotada nenhuma nova norma contabilística. Por outro lado, a empresa, não procedeu voluntariamente a qualquer alteração de política contabilística durante o exercício corrente.

A nível de estimativas contabilísticas, não houve também qualquer alteração com efeitos nem no período corrente nem em futuros períodos.

Não foram igualmente detetados no exercício corrente quaisquer erros ou omissões de períodos anteriores.

6. Partes Relacionadas

6.1 Relacionamentos com empresas-mãe

A 31 de Dezembro de 2016, as pessoas coletivas que detêm a maioria do capital social subscrito da empresa são:

- AGS – Administração e Gestão de Sistemas de Salubridade, S.A. (39,9997%)
Sede: Lagoas Park, Edifício 6 - Piso 0A, Porto Salvo, Oeiras;
- Aquapor – Serviços, S.A. (39,9997%)
Sede: Av. Marechal Gomes da Costa, 33, 1ªA, Lisboa
- Ecobrejo – Gestão de Águas, Resíduos e Ambiente S.A. (20%)
Sede: Estrada do Tojal, Km 1, Ferraria, Porto de Mós

6.2 Remunerações do pessoal chave da gestão

A empresa suportou gastos diretamente relacionados com o pessoal da gestão no montante de 97.515 €, valor debitado pelo acionista Aquapor Serviços, SA e que se encontra refletido na rubrica de FSE – Honorários.

6.3 Saldos e Transações entre partes relacionadas:

a) Natureza do relacionamento com as partes relacionadas:

A natureza do relacionamento com as partes relacionadas é a seguinte:

Partes Relacionadas	Natureza do Relacionamento	
	Serviços que presta/ Transações que faz	Serviços que recebe/ Transações que recebe
AGS – Administração e Gestão de Sistemas de Salubridade, S.A.		Exploração Sistemas Elevatórios Financiamento Venda Bens de Investimento Equipamento Microprodução Energia
Aquapor – Serviços, S.A.		Cedência Administrador Executivo Financiamento Assistência Comercial
Ecobrejo – Gestão de Águas, Resíduos e Ambiente S.A.		Controlo Custos de Obra
Luságua – Gestão de Águas, S.A.		Controlo Analítico Manutenção Equipamento
Pragosa Ambiente, S.A.		Limpeza Rede Saneamento Gestão de resíduos
Construções Pragosa, S.A.		Venda Bens de Investimento

b) Transações e saldos pendentes:

- i) Quantia das transações:
- iii) Ajustamentos de dívidas de cobrança duvidosa relacionados com a quantia dos saldos pendentes:
- iv) Gastos reconhecidos durante o período a respeito de dívidas incobráveis ou de cobrança duvidosa de partes relacionadas:

		Prestação serviços Intragrupo	Aquisição serviços Intragrupo	Outros créditos a receber	Outras dívidas a pagar
Ags	2016	-	441.927	-	1.436.751
	2015	-	372.081	-	1.491.524
Aquapor	2016	-	232.549	605	1.184.025
	2015	-	200.943	605	1.216.891
Ecobrejo	2016	-	30.000	-	293.400
	2015	-	30.000	-	304.601
Luságua	2016	-	34.675	-	57.442
	2015	-	48.774	-	363.214
Pragosa Ambiente	2016	-	131.128	229	94.155
	2015	-	138.857	229	268.938
Construções Pragosa	2016	607	-	2.979	-
	2015	3.558	-	2.979	-

7. Ativos Intangíveis

Os ativos intangíveis englobam essencialmente o Direito da Concessão, que representa o direito de explorar as infraestruturas colocadas à disposição pela concedente, e de construir novas infraestruturas assim como explorá-las e cobrar aos utilizadores pelo serviço prestado.

Com a assinatura do contrato de concessão a AdA comprometeu-se a efetuar investimentos, nomeadamente em infraestruturas de água e saneamento no concelho de Alenquer. Estes investimentos no final da concessão revertem a favor da concedente sem quaisquer custos ou ônus.

Esta construção, de acordo com a IFRIC 12 e a NCRF 19 foi reconhecida:

- Em rendimentos e gastos, pelos serviços de construção e valorização; e
- Em ativos intangíveis, na parte referente aos serviços de construção acrescido dos encargos financeiros atribuíveis aos investimentos acordados capitalizados durante a fase de construção.

Adicionalmente o direito de concessão incorpora:

- (I) O justo valor dos bens colocados à disposição pela concedente, sob o valor da retribuição a pagar à concedente,
- (II) Os gastos iniciais de arranque da concessão.

Os ativos são registados ao custo de aquisição acrescidos dos gastos financeiros ocorridos durante a sua elaboração.

7.1 Divulgações para cada classe de ativos intangíveis, distinguindo entre os ativos intangíveis gerados internamente e outros ativos intangíveis

a) Se as vidas úteis são indefinidas ou finitas e, se forem finitas, as vidas úteis ou as taxas de amortização usadas;

Todos os Ativos Intangíveis têm vida finita sendo as mesmas definidas desde a sua disponibilização para exploração até ao final do contrato de Concessão. Neste caso, o prazo máximo de vida útil será 30 anos. O plano de investimentos ficou concluído em 2008, com exceção de um reservatório.

b) Métodos de amortização usados para ativos intangíveis com vidas úteis finitas

O método de amortização do ativo intangível é conforme o descrito na nota 3.1b. O gasto com amortizações de ativos intangíveis é reconhecido na demonstração de resultados na rubrica Gastos/reversões de depreciação e amortização

c) A quantia bruta escriturada e qualquer amortização acumulada (agregada com as perdas por imparidade acumuladas) no começo e fim do período

Ver quadro alínea e) do presente parágrafo.

d) Os itens de cada linha da demonstração dos resultados em que qualquer amortização de ativos intangíveis esteja incluída

As amortizações dos Ativos Intangíveis estão refletidas na Demonstração dos Resultados por Naturezas na linha denominada “Gastos/Reversões de Depreciação e Amortização.”

Uma reconciliação da quantia escriturada no começo e fim do período que mostre separadamente as adições, as alienações, os ativos classificados como detidos para venda, as amortizações, as perdas por imparidade e outras alterações

	31.12.14	Aumentos	Transferências	Alienações	Abates	31.12.2015	Aumentos	Transferências	Alienações	Abates	31.12.2016
Custo											
Direito da Concessão	22.581.993	36.164				22.618.156	86.551				22.704.707
Logótipo	1.700					1.700					1.700
Outros Ativos Intangíveis	143.503					143.503					143.503
	22.727.196	36.164	0	0	0	22.763.360	86.551	0	0	0	22.849.911
Amortizações / Imparidade											
Direito da Concessão	4.790.003	678.592				5.468.595	708.736				69.177.331
Logótipo	1.700					1.700					1.700
Outros Ativos Intangíveis	138.875	3.462				142.336	1.430				143.766
	4.930.578	682.054				5.612.632	710.166				6.322.798
	17.796.619	-645.890	0	0	0	17.150.728	-623.615	0	0	0	16.527.113

A rubrica Outros ativos intangíveis engloba programas de computador e a certificação em qualidade da empresa.

7.2 Descrição, quantia escriturada e período de amortização restante de qualquer ativo intangível individual materialmente relevante para as demonstrações financeiras

Ver quadro da alínea e) do ponto 7.1.

7.3 Existência e quantias escrituradas de ativos intangíveis cuja titularidade está restringida e as quantias escrituradas de ativos intangíveis dados como garantia de passivos

A infraestrutura utilizada na exploração da concessão (pela qual a empresa prestou serviços ao concedente, recebendo em troca o direito de cobrar aos utentes), será transferida no final da concessão, para o concedente a título gratuito, sem qualquer contrapartida.

7.4 Quantia de compromissos contratuais para aquisição de ativos intangíveis

No processo do concurso da concessão a Empresa assumiu compromissos com um Agrupamento Complementar, subcontratando-as para os serviços relacionados com a prestação de serviços de construção de infraestruturas.

Os referidos compromissos já se encontram cumpridos.

8. Ativos Fixos Tangíveis

8.1 *Divulgações sobre ativos fixos tangíveis.*

a) Bases de mensuração usados para determinarem a quantia escriturada bruta;

As bases de mensuração usadas para determinar a quantia escriturada bruta encontram-se descritas na alínea a) do parágrafo 3.1.

b) Métodos de depreciação usados;

Os métodos de depreciação usados encontram-se descritos na alínea a) do parágrafo 3.1.

c) Vidas úteis ou as taxas de depreciação usadas;

As taxas de depreciação usadas encontram-se descritas na alínea a) do parágrafo 3.1.

d) Quantia escriturada bruta e depreciação acumulada (agregada com perdas por imparidade acumuladas) no início e no fim do período; e

A quantia escriturada bruta e depreciação acumulada e perdas por imparidade no início e no fim do período encontra-se apresentada no Quadro da alínea e) do presente parágrafo.

e) Reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período mostrando as adições, as revalorizações, as alienações, os ativos classificados como detidos para venda, as amortizações, as perdas de imparidade e suas reversões e outras alterações.

	31.12.2014	Aumento s	Transferênci as	Alienaçõe s	Abates	31.12.2015	Aumento s	Transferências	Alienaçõe s	Abates	31.12.2016
Custo											
Edifícios e Outras Construções	133.400					133.400					133.400
Equipamento Básico	622.723	42.719				665.442	104.825				770.268
Equipamento Transporte	98.063					98.063					98.063
Equipamento Administrativo	160.793	18.539				179.332	10.838				190.170
Outros Ativos Fixos Tangíveis	240.002	28.415				268.417	12.596				281.013
	1.254.981	89.674	0	0	0	1.344.654	128.260	0	0	0	1.472.914
Amortizações											
Imparidade											
Edifícios e Outras Construções	124.173	626				124.798	626				125.424
Equipamento Básico	518.262	37.693				555.955	32.191				588.145
Equipamento Transporte	81.213	15.139				96.352	1.407				97.759
Equipamento Administrativo	149.504	7.139				156.644	11.209				167.853
Outros Ativos Fixos Tangíveis	162.732	35.668				198.400	31.109				229.508
	1.035.883	96.265	0	0	0	1.132.148	76.542	0	0	0	1.208.690
	219.098	-6.591	0	0	0	212.506	51.718	0	0	0	264.224

8.2 Depreciação, reconhecida nos resultados ou como parte de um custo de outros ativos, durante um período

Ver quadro na alínea e) no ponto 8.1.

Esta depreciação não foi incluída como parte do custo de outros ativos tendo sido integralmente reconhecida em resultados na rubrica Gastos/Reversões de Depreciação e Amortização.

8.3 Depreciação acumulada no final do período

Ver quadro na alínea e) no ponto 8.1.

9. Inventários

9.1 Políticas contabilísticas adotadas na mensuração dos inventários e fórmula de custeio usada

As políticas contabilísticas adotadas na mensuração dos inventários e respetivas fórmulas de custeio usadas encontram-se descritas na alínea d) do parágrafo 3.1.

9.2 Quantia total escriturada de inventários e quantia escriturada em classificações apropriadas

A quantia total escriturada de inventários encontra-se no quadro seguinte:

Inventários	2016	2015
Matérias Subsidiárias e de Consumo		
Contadores	19.323	15.117
Material Hidráulico Diverso	65.289	58.426
	84.612	73.543

No que se refere ao inventário de água, não se considera qualquer valor porquanto, quando foi iniciada a concessão, os reservatórios continham água que não foi objeto de faturação por parte da CMA, tendo sido assumido que no final da concessão a água que existir nos reservatórios também não será objeto de faturação à CMA. Assim, e porque o inventário existente a 31 de dezembro de cada ano não será substancialmente diferente daquele que existia no início da concessão, não se procede à contagem da água existente. O valor relativo à compra de água reflete-se como gasto do período.

9.3 Quantia de inventários reconhecida como um gasto durante o período

Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas:

Inventários	Matérias-primas	Mat. Sub. e de Consumo	Total
Existências em 01-01-2015	0	-66.883	-66.883
Compras	-1.884.965	-117.916	-2.002.881
Regularização Existências	0	0	0
Existências em 31-12-2015	0	73.543	73.543
	-1.884.965	-111.256	1.996.221
Existências em 01-01-2016	0	-73.543	-73.543
Compras	-1.735.646	-193.971	-1.929.617
Regularização Existências	0	0	0
Existências em 31-12-2016	0	84.612	84.612
	-1.735.646	-182.902	-1.918.548

10. Contratos de construção

A Empresa subcontrata a prestação de serviços de construção de infraestruturas reconhecendo nas suas demonstrações o gasto e o rédito aquando o débito por parte dos terceiros.

10.1 Quantia do rédito do contrato reconhecida como rédito do período

As quantias registadas no período foram as seguintes:

Trabalhos para própria entidade	2016	2015
Direito de Concessão (Rede água e saneamento)	86.742	31.478
Montagem de contadores na rede – Realizados internamente	87.089	39.528
	173.831	71.006

10.2 Métodos usados para determinar o rédito do contrato reconhecido no período

O reconhecimento do rédito é feito ao justo valor com base na percentagem de acabamento.

10.3 Métodos usados para determinar a fase de acabamento dos contratos em curso

A fase de acabamento dos contratos em curso, mede-se pelo seu reconhecimento em prestações de serviços por contrapartida de ativos intangíveis.

11. Rédito

11.1 Políticas contabilísticas adotadas para o reconhecimento do rédito incluindo os métodos adotados para determinar a fase de acabamento de transações que envolvem a prestação de serviços

As políticas contabilísticas adotadas para o reconhecimento do rédito incluindo os métodos adotados para determinar a fase de acabamento de transações que envolvem a prestação de serviços encontram-se descritos na alínea o) do parágrafo 3.1.

11.2 Quantia de cada categoria significativa de rédito reconhecida durante o período incluindo o rédito proveniente de:

a) Venda e Prestação de Serviços

As vendas e prestações de serviços registadas no exercício dividem-se da seguinte forma:

Vendas e Prestação de Serviços	2016	2015
Venda de Água	2.830.415	2.677.414
Prestação de Serviços – Água	1.652.822	1.652.482
Prestação de Serviços – Saneamento	3.052.453	2.982.086
Prestação de Serviços – Ramais	13.004	28.090
	7.548.694	7.340.072

A prestação de serviços de água engloba uma tarifa fixa; uma tarifa de disponibilidade em função do tipo de cliente e calibre do contador instalado; uma tarifa de ligação à rede, e uma tarifa de construção de ramais de água para clientes não-domésticos.

A prestação de serviços de saneamento engloba uma tarifa de disponibilidade, assim como as tarifas volumétricas de saneamento, limpeza e desobstrução de fossas, e tarifas de ligação e desobstrução de ramais de saneamento.

b) Juros

A Empresa auferе juros dos clientes por atraso de pagamento das faturas, conforme mencionado na nota 15.5.

Rédito de Juros	2016	2015
Juros de mora	11.592	279.078

12. Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes

12.1 Provisões

Foi constituída em 2011, uma provisão para Investimento de Substituição Futuro no montante de 3.338.869 euros, de acordo com o plano de investimentos. Em 2012 verificou-se uma reversão dessa mesma provisão no montante de 74.927, de 60.699 em 2013, de 47.412 em 2014 de 111.397 em 2015 e de 184.791 em 2016.

	Provisões
Saldo em 01.01.2015	3.155.830
Utilizações	-111.397
Saldo em 31.12.2015	<u>3.044.333</u>
Utilizações	<u>-184.791</u>
Saldo em 31.12.2016	<u>2.859.642</u>

13. Acontecimentos após a data do balanço

13.1 Autorização para emissão

a) Data em que as demonstrações financeiras foram autorizadas para emissão e indicação de quem autorizou

A data em que as demonstrações financeiras estão autorizadas para emissão foi 10 de março de 2017.

Estas demonstrações financeiras foram autorizadas para emissão pelo Conselho de Administração da Empresa.

b) Indicação sobre se os proprietários, ou outros, têm o poder de alterar as demonstrações financeiras após esta data.

Nos termos do art.º 68 do CSC, a Assembleia Geral de Acionistas pode recusar a proposta dos membros da Administração relativa à aprovação das contas desde que delibere, motivadamente, que se proceda à elaboração total de novas contas ou à reforma, em pontos concretos, das apresentadas.

Nos oito dias seguintes à deliberação que mande elaborar novas contas ou reformar as apresentadas, os membros da Administração podem requerer inquérito judicial, em que se decida sobre a reforma das contas apresentadas, a não ser que a reforma deliberada incida sobre juízos para os quais a lei não imponha critérios.

13.2 Atualização da divulgação acerca de condições à data do balanço

Indicação sobre se foram recebidas informações após a data do balanço acerca de condições que existiam à data do balanço. Em caso afirmativo, indicação sobre se, face às novas informações, foram atualizadas as divulgações que se relacionam com essas condições.

Após a data do balanço não foram recebidas informações acerca das condições que existiam à data do balanço que originassem atualizações, quer das demonstrações financeiras quer das divulgações.

13.3 Acontecimentos após a data do balanço que não deram lugar a ajustamentos

Para cada categoria material de tais acontecimentos:

- a) Natureza do acontecimento;
- b) Estimativa do efeito financeiro (ou declaração de que tal estimativa não pode ser feita).

Não ocorreram acontecimentos após a data do balanço que não tenham dado lugar a ajustamentos.

14. Imposto sobre o rendimento

14.1 Divulgação separada dos seguintes principais componentes de gasto (rendimento) de impostos

a) O Gasto (rendimento) por impostos correntes

Imposto	2016	2015
Imposto Corrente		
IRC do ano	128.522	4.310
	128.522	4.310
Imposto Diferido		
Reversão por diferenças temporárias	199.894	-180.319
	199.894	-180.319
	199.894	-180.319

b) Quantia de gasto (rendimento) por impostos diferidos relacionada com a origem e reversão de diferenças temporárias

Ver quadro na alínea a) deste ponto.

14.2 Relacionamento entre gasto (rendimento) de impostos e lucro contabilístico (em uma ou em ambas das seguintes formas):

- a) Reconciliação numérica entre gasto (rendimento) de impostos e o produto de lucro contabilístico multiplicado pela (s) taxa (s) de imposto aplicável (eis) e indicação da base pela qual a taxa (s) de imposto aplicável(eis) é (são) calculada(s); ou
- b) Reconciliação numérica entre a taxa média efetiva de imposto e a taxa de imposto aplicável, e indicação da base pela qual é calculada a taxa de imposto aplicável.

	Base de Imposto		Taxa de Imposto	
	2016	2015	2016	2015
Resultado antes de impostos	1.362.855	-580.960		
Taxa de imposto sobre o rendimento em Portugal	22,5%	22,5%		
Imposto sobre o lucro à taxa nominal	306.642	0	22,5%	22,5%
<u>Proveitos não tributáveis</u>				
Ajustamentos decorrentes aplicação justo valor	0	267.773		
Reversão de perdas por imparidade tributadas	21.102	31.390		
Reversão de provisões tributadas	184.791	111.397		
	205.893	410.560		
<u>Custos não dedutíveis para efeitos fiscais</u>				
Multas, coimas, juros compensatórios	0	2.942		
Provisões e perdas por imparidade	113.635	107.667		
Ajustamentos decorrentes aplicação justo valor	98.815	0		
	212.450	115.883		
Lucro tributável	1.369.412	0		
Prejuízo Fiscal	0	875.637		
Prejuízo Fiscal N-I	875.637	0		
Taxa de imposto sobre o rendimento em Portugal (s/ derrama)	21,00%	21,00%		
Imposto calculado	103.693	0	0	0
Tributação autónoma	4.288	4.310	0,74%	0,74%
Derrama	20.541	0	0-	0-
Imposto sobre o rendimento	128.522	4.310	0,74%	0,74%

14.3 Por cada tipo de diferença temporária e com respeito a cada tipo de perdas por impostos não usadas e créditos por impostos não usados:

- a) **Quantia de ativos e passivos por impostos diferidos reconhecidos no Balanço para cada período apresentado:**

	Contas de Balanço		Contas DR	
	2016	2015	2016	2015
Impostos Diferidos Ativos				
Diferenças Temporais				
Provisão Investimento Substituição Futuro	44.481	60.491	-16.010	-3.565
Prejuízos Fiscais	0	183.884	-183.884	183.884
	44.481	244.375	-199.894	180.319
			-199.894	180.319

- b) **Quantia de rendimentos ou gastos por impostos diferidos reconhecidos na demonstração dos resultados (se tal não for evidente das alterações das quantias reconhecidas no balanço)**

Ver quadro na alínea a) deste ponto

14.4 Natureza das potenciais consequências do imposto sobre rendimento que resultariam do pagamento de dividendos aos acionistas

O pagamento de dividendos aos acionistas não tem quaisquer consequências no imposto sobre o rendimento constante das demonstrações financeiras, nem a nível de taxas aplicáveis nem a nível de reembolsos de impostos já pagos

14.5 Quantias das potenciais consequências do imposto sobre rendimento praticamente determináveis e existência ou não de quaisquer potenciais consequências no imposto de rendimento não praticamente determináveis

Dado que, o pagamento de dividendos aos acionistas não tem quaisquer consequências no imposto sobre o rendimento constante das demonstrações financeiras, não há lugar à divulgação de quaisquer quantias (determináveis, ou não, em termos práticos) relativas às potenciais consequências no imposto sobre o rendimento relacionado.

15. Instrumentos financeiros

15.1 Bases de mensuração utilizadas para os instrumentos financeiros e outras políticas contabilísticas utilizadas para a contabilização de instrumentos financeiros relevantes para a compreensão das demonstrações financeiras

As bases de mensuração e outras políticas contabilísticas utilizadas para a contabilização de instrumentos financeiros relevantes para a compreensão das demonstrações financeiras encontram-se descritas nas seguintes alíneas do parágrafo 3.1:

- ✓ Alínea e) – Clientes
- ✓ Alínea g) – Outros Créditos a Receber
- ✓ Alínea h) – Caixa e Bancos
- ✓ Alínea k) – Locações
- ✓ Alínea l) – Financiamentos Obtidos
- ✓ Alínea m) – Outras Dívidas a Pagar
- ✓ Alínea n) – Fornecedores

15.2 Quantia escriturada de cada uma das categorias de ativos financeiros e passivos financeiros, no total e para cada um dos tipos significativos de ativos e passivos financeiros de entre cada categoria

a) Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado menos imparidade

Os ativos financeiros mensurados ao custo amortizado menos imparidade são os indicados no quadro seguinte:

Ativos Financeiros	2016	2015
Clientes	2.541.588	2.467.903
Outros Créditos a receber	1.373.870	1.374.885
Caixa e depósitos bancários	2.458.329	1.810.172

Os Clientes decompõem-se da seguinte forma:

Clientes	2016	2015
Clientes gerais	2.650.682	2.526.055
Trabalhos efetuados não faturados	478.309	497.098
Perdas imparidade acumuladas	-587.404	-555.250
	<u>2.541.588</u>	<u>2.467.903</u>

O movimento ocorrido na imparidade do exercício relativamente a clientes foi o seguinte:

	Imparidade
Saldo em 01.01.2015	479.562
Reforço do ano	75.689
Utilizações	0
Reversões	0
Saldo em 31.12.2015	<u>555.251</u>
Reforço do ano	208.855
Utilizações	-176.706
Reversões	0
Saldo em 31.12.2016	<u>-587.404</u>

As Outras Contas a Receber decompõem-se da seguinte forma:

Ativos Financeiros	2016	2015
Outras Contas a receber		
Gastos com calcário	846.394	818.950
Indemnização a receber	383.550	383.550
Outros	143.926	172.385
	<u>1.373.870</u>	<u>1.374.885</u>

O montante incluído nesta rubrica refere-se essencialmente a gastos suportados como resultado das incrustações de calcário existentes na rede, assim como gastos suportados com a construção de condutas, cuja responsabilidade é de terceiros.

b) Passivos financeiros mensurados ao custo

Passivos Financeiros	2016	2015
Passivos Não Correntes		
Financiamento Obtidos	1.473.104	2.700.506
Outras dívidas a pagar		
Retribuição à Concedente	256.526	274.026
Passivos Correntes		
Financiamento Obtidos	1.234.031	1.236.948
Fornecedores	9.850.992	10.783.884
Outras dívidas a pagar	819.755	797.752
Fornecedores de investimento	40.063	114.785
Retribuição à concedente	17.500	17.500
Credores por acréscimo gastos	345.727	342.770
C.M.A._RSU	389.811	309.730
Diversos	26.654	12.967

Os financiamentos obtidos não correntes englobam financiamentos bancários e de acionistas, no montante de 1.230.000 euros e 243.104 euros respetivamente.

Os financiamentos obtidos correntes referem-se a financiamentos bancários, no âmbito do projeto de financiamento da CGD/Caixa BI.

Os financiamentos bancários obtidos vencem juros semestralmente à taxa Euribor a 6 meses acrescida de 1,5% de *spread*.

Na rubrica credores por acréscimo de gastos, estão incluídos 275.000 euros de encargos com custas judiciais a suportar, pelo processo judicial com a Águas de Lisboa e Vale do Tejo.

c) Ativos financeiros para os quais foi reconhecida imparidade, com indicação, para cada uma das classes, separadamente, i) a quantia contabilística que resulta da mensuração ao custo ou ao custo amortizado e ii) a imparidade acumulada

Os Ativos financeiros para os quais foi reconhecida imparidade são os constantes no quadro da alínea b) deste ponto.

15.3 Situações de incumprimento para empréstimos contraídos reconhecidos à data do balanço

Não ocorreram situações de incumprimento para os empréstimos contraídos reconhecidos à data do balanço.

15.4 Incumprimento, durante o período, dos termos de contratos de empréstimo além dos referidos no parágrafo anterior (divulgar a informação exigida no parágrafo anterior, se tais incumprimentos permitem ao credor exigir pagamento acelerado, a menos que os incumprimentos tenham sido sanados, ou os termos do compromisso renegociados, até à data do balanço)

Não ocorreram situações de incumprimento que permitissem aos credores exigir pagamento acelerado.

15.5 Ganhos líquidos e perdas líquidas reconhecidas

Ganhos e perdas de financiamento	2016	2015
Ganhos		
Juros de Depósitos	0	463
Juros de mora	11.592	10.842
Outros ganhos financeiros	0	267.773
	<u>11.592</u>	<u>279.078</u>
Perdas		
Juros de financiamento obtidos	-48.099	-75.378
Juros de mora	-49.370	-1.464.232
Outros	-109.793	-11.067
	<u>-207.262</u>	<u>-1.550.678</u>
	<u><u>-195.670</u></u>	<u><u>-1.271.599</u></u>

A empresa no ano 2016 não capitalizou quaisquer encargos com financiamento.

A variação na rubrica outros ganhos financeiros relativamente ao ano 2015, resultou da actualização financeira, da dívida com a Águas de Lisboa e Vale do Tejo.

15.6 Quantia de perda por imparidade reconhecida para cada uma das classes de ativos financeiros

A quantia de perda por imparidade reconhecida por cada classe de ativo financeiro encontra-se espelhada no quadro da alínea a) do ponto 15.2.

Instrumentos de capital próprio:

15.7 Indicação das quantias do capital social nominal e do capital social por realizar e respetivos prazos de realização

O Capital Social Nominal da empresa ascende a 1.500.000€ e encontra-se totalmente realizado.

15.8 Número de ações representativas do capital social, respetivas categorias e valor nominal

O Capital Social da Empresa é constituído por 300.000 ações nominativas com valor nominal de 5€ cada.

15.9 Reconciliação, para cada classe de ações, entre o número de ações em circulação no início e no fim do período.

Não existem ações em circulação nem ações próprias.

15.10 Quantias de aumentos de capital realizados no período e a dedução efetuada como custos de emissão

Não foram efetuados aumentos de capital no período.

15.11 Indicação das quantias de outros instrumentos de capital próprio.

Os outros instrumentos de capital próprio ascendem a 3.948.558 euros e correspondem prestações acessórias efetuadas pelos acionistas.

Em 2016 houve um reforço de 1.019.423 euros.

16. Divulgações exigidas por diplomas legais

16.1 Divulgação exigida pelo n.º 2 do art.º 66 – A do CSC

Honorários totais faturados durante o exercício financeiro pelo revisor oficial de contas ou pela sociedade de revisores oficiais de contas relativamente à revisão legal das contas anuais, e os honorários totais faturados relativamente a outros serviços de garantia de fiabilidade, os honorários totais faturados a título de consultoria fiscal e os honorários totais faturados a título de outros serviços que não sejam de revisão ou auditoria.

	2016	2015
Honorários pela Revisão Legal de Contas	7.600	7.400

17. Outras informações

17.1 Estado e Outros Entes Públicos

Esta rubrica decompõe-se da seguinte forma:

Estado e Outros entes Públicos	2016	2015
Saldos a receber		
Imposto sobre o Rendimento	0	217.084
Imposto sobre Valor Acrescentado	137.627	50.363
	<u>137.627</u>	<u>267.447</u>
Saldos a pagar		
Imposto sobre o Rendimento	-128.522	0
Retenção Imposto sobre Rendimento	-4.384	-4.726
Segurança Social	-8.473	-8.522
Tributos Autarquias Locais	-5.182	-2.879
Taxa recursos Hídricos	-63.655	-83.511
	<u>-210.216</u>	<u>-99.638</u>

A taxa de recursos hídricos, visa compensar o benefício que resulta da utilização privativa do domínio público hídrico, o custo ambiental inerente às atividades suscetíveis de causar um impacto significativo nos recursos hídricos, bem como os custos administrativos inerentes ao planeamento, gestão, fiscalização e garantia da quantidade e qualidade das águas.

A taxa de recursos hídricos é cobrada aos clientes e entregue à empresa fornecedora de água e saneamento, Águas de Lisboa e Vale do Tejo, e à ARH Tejo na componente referente às captações próprias.

17.2 Diferimentos

A rubrica de gastos a reconhecer discrimina-se da seguinte forma:

Diferimentos	2016	2015
Rendas	3.332	3.332
Seguros	3.188	
Comissões	12.184	12.079
	<u>18.705</u>	<u>15.411</u>

O montante incluído em comissões refere-se a despesas de comissão de agenciamento debitadas pela Caixa BI, relacionadas com o contrato de financiamento. O valor das referidas comissões foi debitado em novembro e corresponde ao período entre 17 de novembro de 2016 e 17 de maio de 2017.

17.3 Fornecimentos e Serviços Externos

Esta rubrica decompõe-se da forma indicada no quadro seguinte:

Fornecimentos e Serviços Externos	2016	2015
Subcontratos	-1.665.307	-1.897.634
Manutenção Rede Água	-9.857	-10.215
Tratamento Efluentes	-966.382	-1.330.013
Outros	-689.069	-557.407
Serviços Especializados	-1.006.516	-980.247
Trabalhos Especializados	-776.718	-735.372
Publicidade e Propaganda	-1.253	-828
Vigilância e Segurança	-996	-3.615
Honorários	-99.254	-100.676
Conservação e Reparação	-56.583	-68.555
Serviços Bancários	-58.649	-58.545
Outros Serviços	-13.061	-12.655
Material	-8.930	-14.395
Energia e Fluidos	-214.326	-232.884
Deslocações Estadas e Transporte	-7.582	-7.626
Serviços Diversos	-176.121	-175.253
Rendas e Alugueres	-106.969	-102.409
Comunicação	-28.830	-30.148
Seguros	-30.705	-33.238
Contencioso e Notariado	-228	-858
Despesas de Representação	-885	-711
Limpeza Higiene e Conforto	-8.504	-7.890
	-3.078.783	-3.308.039

A rubrica de trabalhos especializados engloba: gastos com assistência técnica, contabilidade, revisão oficial de contas, gastos de faturação e cobrança, serviços de advocacia e serviços de assessoria especializada.

17.4 Outros Rendimentos e Ganhos

Esta rubrica decompõe-se da forma indicada no quadro seguinte:

Outros Rendimentos e Ganhos	2016	2015
Rendimentos Suplementares	177.845	181.302
Fornecimento de Energia	10.156	21.728
Diversos	167.689	159.574
Outros	28.398	29.607
Débito de Gastos com Calcário	27.443	28.169
Diversos	955	1.438
	206.243	210.909

Em resultado das incrustações de calcário existentes na rede, a empresa incorre anualmente em diversos gastos operacionais e de substituição não previstos. Por resultarem de danos na infraestrutura anteriores à Concessão, o montante igual aos gastos suportados no ano têm sido considerado como outros rendimentos e ganhos, como responsabilidade a imputar a outros terceiros. Este montante encontra-se registado em outros acréscimos de rendimentos.

17.5 Outros Gastos e Perdas

Esta rubrica decompõe-se da forma indicada no quadro seguinte:

Outros Gastos e Perdas	2016	2015
Impostos	-306	-1.106
Outros	-7.391	-290.604
Quotizações	-576	-576
Multas e Penalidades	0	-2.283
Indemnizações por sinistro	-6.815	-7.472
Diversos	0	-280.274
	-7.697	-291.710

17.6 Gastos/Reversões de Depreciação e Amortização

Esta rubrica decompõe-se da forma indicada no quadro seguinte:

Gastos/Reversões de Depreciação e Amortização	2016	2015
Ativos Tangíveis	-76.805	-96.265
Ativos Intangíveis	-709.903	-682.054
	-786.708	-778.319

17.7 Juros e Gastos Similares Suportados

Esta rubrica decompõe-se da forma indicada no quadro seguinte:

Juros e Gastos Similares Suportados	2016	2015
Juros empréstimos bancários	-48.099	-75.378
Juros de Suprimento	-2.598	-2.817
Juros de mora	-49.370	-1.464.232
Outros Juros	-107.194	-8.250
	-207.262	-1.550.678

Na rubrica outros juros, estão incluídos 98.815 euros, resultantes da atualização da dívida com a Água de Lisboa e Vale do Tejo, na sequência do acordo de pagamentos celebrado. A atualização tem implícita uma taxa de desconto de 0,96%.

17.8 Juros e Rendimentos Similares Obtidos

Esta rubrica decompõe-se da forma indicada no quadro seguinte:

Juros e Gastos Similares Obtidos	2016	2015
Juros depósitos bancários	0	463
Juros de mora	11.592	10.843
Outros	0	267.773
	11.592	279.078

17.9 Gastos com o Pessoal

Esta rubrica decompõe-se da forma indicada no quadro seguinte:

Gastos com o Pessoal	2016	2015
Remunerações do Pessoal	-438.080	-465.150
Encargos sobre Remunerações	-93.922	-92.526
Seguros	-17.182	-16.671
Outros	-17.544	-18.419
	<u>-566.728</u>	<u>-592.767</u>

17.10 Garantias Prestadas

A empresa prestou as seguintes garantias bancárias:

- À Câmara Municipal de Alenquer, uma garantia de 1.675.000 euros;
- À EP – Estradas de Portugal, S.A., por obras realizadas em estradas nacionais durante a realização do Plano de Investimentos, no valor de 5.000 euros.

17.11 Risco Financeiro

O risco financeiro é o risco de o justo valor ou os fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro variarem e virem a obter-se resultados diferentes do esperado, sejam estes positivos ou negativos, alterando o valor patrimonial da empresa.

No desenvolvimento das suas atividades correntes, a empresa está exposta a uma variedade de riscos financeiros suscetíveis de alterarem o seu valor patrimonial, os quais, de acordo com a sua natureza, se podem agrupar nas seguintes categorias:

- (I) Risco de crédito
- (II) Risco de liquidez

A gestão dos riscos acima referidos – riscos que decorrem, em grande medida, da imprevisibilidade dos mercados financeiros - exige a aplicação criteriosa de um conjunto de regras e metodologias aprovadas pela administração, cujo objetivo último é a minimização do seu potencial impacto negativo no valor patrimonial e no desempenho da empresa.

Com este objetivo, toda a gestão é orientada em função de duas preocupações essenciais:

- Reduzir, sempre que possível, flutuações nos resultados e *cash flows* sujeitos a situações de risco;
- Limitar os desvios face aos resultados previsionais, através de um planeamento financeiro rigoroso, assente em orçamentos anuais.

Por regra, a empresa não assume posições especulativas, pelo que, geralmente, as operações efetuadas no âmbito da gestão de riscos financeiros têm por finalidade o controlo de riscos já existentes e aos quais a empresa se encontra exposta.

A Administração define princípios para a gestão do risco como um todo e políticas que cobrem áreas específicas como o risco da taxa de juro, o risco de liquidez e o risco de crédito.

A gestão dos riscos financeiros, incluindo a sua identificação, avaliação e cobertura, é conduzida pela Direção Financeira de acordo com políticas aprovadas pela Administração.

O risco de crédito é o risco de uma contraparte não cumprir as suas obrigações ao abrigo de um instrumento financeiro, originando uma perda.

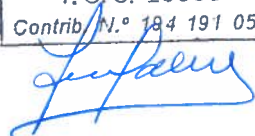
A empresa encontra-se sujeita a risco de crédito no que concerne às seguintes atividades:

- Atividade Operacional – Clientes e Outras Contas a Receber.
- Atividade de Financiamento – Depósitos em Bancos e Instituições Financeiras.

A gestão do risco de crédito relativo a clientes e outras contas a receber é efetuada da seguinte forma:

- Seguindo políticas, procedimentos e controlos estabelecidos pela empresa;
- Os valores em dívida são mensalmente monitorizados

A gestão do risco de crédito relativo a saldos em bancos e instituições financeiras é efetuada pela Direção Financeira e pela Administração da empresa.

<p>SÉRGIO M. S. MALINO T. O. C. 25363 Contrib. N.º 184 191 052</p> 
--

8/1/17
1/1/17



II. Relatório e Parecer do Conselho Fiscal

Relatório e Parecer do Fiscal Único

Senhores Acionistas,

Em cumprimento do disposto na alínea g) do artº. 420 do Código das Sociedades Comerciais, compete-nos emitir o relatório anual sobre a nossa ação fiscalizadora e dar parecer sobre o Relatório de Gestão, as Demonstrações Financeiras e a proposta de aplicação de resultados apresentados pelo Conselho de Administração de AdA - Águas de Alenquer, S.A., referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016.

No decurso do exercício, acompanhámos a atividade da Empresa tendo efetuado os seguintes procedimentos:

- ▶ Verificámos, com a extensão considerada necessária, os registos contabilísticos e documentos que lhes servem de suporte;
- ▶ Verificámos, quando julgámos conveniente, da forma que julgámos adequada e na extensão considerada apropriada, a existência de bens ou valores pertencentes à sociedade ou por ela recebidos em garantia, depósito ou outro título;
- ▶ Verificámos a adequacidade dos documentos de prestação de contas;
- ▶ Verificámos que as políticas contabilísticas e os critérios valorimétricos adotados conduzem a uma adequada apresentação do património e dos resultados da Empresa;
- ▶ Estivemos disponíveis para receber as comunicações de irregularidades provenientes dos acionistas e dos colaboradores da Empresa;
- ▶ Confirmámos que o Relatório de Gestão, o Balanço, a Demonstração dos Resultados por Naturezas, a Demonstração das Alterações no Capital Próprio, a Demonstração dos Fluxos de Caixa e o Anexo, satisfazem os requisitos legais e refletem a posição dos registos contabilísticos no final do exercício;
- ▶ Averiguámos da observância pelo cumprimento da lei e do contrato de sociedade;
- ▶ Cumprimos as demais atribuições constantes da lei e do contrato de sociedade.

No decurso dos nossos atos de verificação e validação que efetuámos com vista ao cumprimento das nossas obrigações de fiscalização, obtivemos do Conselho de Administração e dos Serviços as provas e os esclarecimentos que consideramos necessários.

No âmbito do trabalho de revisão legal das contas que efetuámos, foi emitida, nesta data, a correspondente Certificação Legal das Contas, com reservas e sem ênfases.

Face ao exposto decidimos emitir o seguinte parecer:

Parecer do Fiscal Único

Senhores Acionistas,

Procedemos à ação de fiscalização de AdA - Águas de Alenquer, S.A., nos termos do artigo 420º do Código das Sociedades Comerciais, em resultado da qual somos de parecer que:

- (a) A proposta de aplicação de resultados constante do Relatório de Gestão do exercício de 31 de dezembro de 2016 cumpre com os requisitos relativos à constituição da reserva legal e com os limites de distribuição de lucros aos acionistas previstos no Código das Sociedades Comerciais;
- (b) O Relatório de Gestão do exercício de 31 de dezembro de 2016 satisfaz os requisitos previstos no Código nas Sociedades Comerciais;
- (c) O Balanço, a Demonstração dos Resultados por Naturezas, a Demonstração das Alterações no Capital Próprio, a Demonstração dos Fluxos de Caixa e o Anexo do exercício de 31 de dezembro de 2016, satisfazem os requisitos legais e contabilísticos aplicáveis.

Lisboa, 27 de março de 2017

O Fiscal Único

Ernst & Young Audit & Associados - SROC, S.A.
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas
Representada por:



Paulo Jorge Luís Silva - ROC nº 1334
Registado na CMVM com o nº 20160944

21.
A
C



12. Certificação Legal de Contas

Certificação Legal das Contas

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião com reservas

Auditámos as demonstrações financeiras anexas de AdA - Águas de Alenquer, S.A. (a Entidade), que compreendem o Balanço em 31 de dezembro de 2016 (que evidencia um total de 23.450.861 euros e um total de capital próprio de 6.746.597 euros, incluindo um resultado líquido de 1.034.439 euros), a Demonstração dos Resultados por Naturezas, a Demonstração das Alterações no Capital Próprio e a Demonstração dos Fluxos de Caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, exceto quanto aos efeitos das matérias referidas na secção "Bases para a opinião com reservas", as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira de AdA - Águas de Alenquer, S.A., em 31 de dezembro de 2016, o seu desempenho financeiro e os seus fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data, de acordo com as Normas de Contabilidade e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

Bases para a opinião com reservas

1. Conforme referido na Nota 12.1 do Anexo, encontra-se reconhecido em Provisões, o montante de 2.860 milhares de Euros, referente ao investimento de substituição futuro, de acordo com o plano de investimentos. Este montante, assim como o ativo intangível correspondente não foram adequadamente atualizados, pelo que, em 31 de dezembro de 2016, o resultado líquido do exercício e os resultados transitados encontram-se sobreavaliados em cerca de 94 milhares de Euros (56 milhares de Euros em 2015) e 173 milhares de Euros (117 milhares de Euros em 2015), respetivamente

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião com reservas.

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- ▶ preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com as Normas de Contabilidade e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- ▶ elaboração do Relatório de Gestão nos termos legais e regulamentares;
- ▶ criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro;
- ▶ adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- ▶ avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.



O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Entidade.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- ▶ identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- ▶ obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- ▶ avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- ▶ concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- ▶ avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada; e
- ▶ comunicamos com os encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do Relatório de Gestão com as demonstrações financeiras.

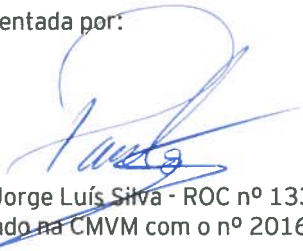
RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o Relatório de Gestão

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o Relatório de Gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais.

Lisboa, 27 de março de 2017

Ernst & Young Audit & Associados - SROC, S.A.
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas
Representada por:



Paulo Jorge Luís Silva - ROC nº 1334
Registado na CMVM com o nº 20160944



AdA – Águas de Alenquer, S.A.

Rua Sacadura Cabral nº24 B R/C • 2580-371 Alenquer • Portugal

Tel.: + 351 263 731 210 • Fax: + 351 263 731 219

geral@aguasdealenquer.pt

www.aguasdealenquer.pt